MARCIO FERNANDES FIORAVANTE DA SILVA

**RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS: AS
DECISÕES POLÍTICO-CRIMINAIS E OS MODELOS DE
RESPONSABILIZAÇÃO**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Roberto Augusto de Carvalho Campos

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

MARCIO FERNANDES FIORAVANTE DA SILVA

**RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS: AS
DECISÕES POLÍTICO-CRIMINAIS E OS MODELOS DE
RESPONSABILIZAÇÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Penal, sob orientação do Professor Doutor Roberto Augusto de Carvalho Campos

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Silva, Marcio Fernandes Fioravante da
Responsabilidade penal das pessoas jurídicas: as
decisões político-criminais e os modelos de
responsabilização ; Marcio Fernandes Fioravante da
Silva ; orientador Roberto Augusto de Carvalho
Campos -- São Paulo, 2019.

167

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo,
2019.

1. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. 2.
Direito penal. 3. Política criminal. I. Campos,
Roberto Augusto de Carvalho, orient. II. Título.

MARCIO FERNANDES FIORAVANTE DA SILVA

**RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS: AS
DECISÕES POLÍTICO-CRIMINAIS E OS MODELOS DE
RESPONSABILIZAÇÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Penal, sob orientação do Professor Doutor Roberto Augusto de Carvalho Campos

DATA DE APROVAÇÃO: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

1º EXAMINADOR: _____

2º EXAMINADOR: _____

3º EXAMINADOR: _____

AGRADECIMENTOS

É difícil resumir em poucas palavras um sentimento tão profundo como a gratidão. Uma gratidão verdadeira que transcende o uso comum que essa palavra assume no cotidiano. A convivência com pessoas que me fizeram acreditar em um mundo melhor é algo que estará sempre comigo, ultrapassando o mundo acadêmico.

Agradeço ao meu orientador, Professor Roberto Augusto de Carvalho Campos, sempre disposto a ajudar, ensinar, de braços abertos e um sorriso sincero. Um mestre que nos mostra humanidade nas mais diversas áreas do conhecimento que domina com sabedoria.

Ao meu querido Professor Sérgio Salomão Shecaira, não haverá palavras suficientes para descrever a minha gratidão pelo seu apoio e incentivo. Fez-me acreditar. Ensinaamentos e suporte sem os quais não resultaria neste trabalho.

Ao Professor Alamiro Velludo Salvador Netto, que trouxe este trabalho a um patamar superior com seu apoio docente e inteligência doutrinária.

Ao eterno Professor Alvino Augusto de Sá, que me acompanhou desde a graduação nesta faculdade e lecionou a minha primeira disciplina nesta pós-graduação. Docência e carisma que jamais será esquecida.

Por fim, à minha família e, especialmente, à minha esposa, Cristina, por todo amor verdadeiro que nutrimos, mesmo nos momentos mais difíceis. Pela paciência nas longas horas de trabalho. Eis o resultado!

RESUMO

A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica é um instituto que se consolidou no sistema jurídico brasileiro, tendo em vista sua previsão na Constituição Federal de 1988 e na Lei 9.605/98, além de constante aplicação em diversos tribunais brasileiros. Em um primeiro momento, as discussões doutrinárias sobre a responsabilização penal das empresas e demais entes morais era focada sobre a sua possibilidade de aplicação, tendo em vista os possíveis entraves dogmáticos que permeavam o tema. Todavia, essa discussão sobre a aplicabilidade e a conveniência do instituto está praticamente superada e, atualmente, os juristas focam seus esforços nos meios sobre os quais as pessoas jurídicas devem ser responsabilizadas penalmente. Os modelos de responsabilização penal da pessoa jurídica podem ser enquadrados naqueles baseados na autorresponsabilidade e na heterorresponsabilidade. Até o ano de 2013, o sistema jurídico brasileiro, baseado em entendimento do Superior Tribunal de Justiça, adotava um modelo baseado na heterorresponsabilidade, em que a pessoa jurídica só poderia ser responsabilizada mediante a coautoria necessária com a pessoa física. A partir da uniformização da jurisprudência provocada pelo julgamento do Recurso Extraordinário 548.181 pelo Supremo Tribunal Federal, no ano de 2013, um modelo baseado na autorresponsabilidade passa a ser adotado no Brasil. Esse modelo não exige a coautoria necessária entre a pessoa física e a pessoa jurídica para a responsabilização penal desta última. A adoção de um modelo baseado na autorresponsabilidade causou impactos significativos sobre os índices de decisões desfavoráveis às pessoas jurídicas nos tribunais brasileiros, como as condenações, indicando um aumento de eficiência na persecução penal contra as empresas.

ABSTRACT

The Criminal Liability of the Legal Entity is an institution that has been consolidated in the Brazilian legal system, considering its forecast in the Federal Constitution of 1988 and Law 9.605/98, as well as its constant application in several Brazilian courts. At first, the doctrinal discussions about the criminal liability of companies and other moral entities was focused on its possibility of application, considering the possible dogmatic barriers that permeated the theme. However, this discussion of the applicability and suitability of the institution is largely out of date, and jurists today focus their efforts on the means by which legal entities are to be held criminally liable. The models of criminal liability of the legal entity can be framed in those based on self-liability and vicarious liability. Until 2013, the Brazilian legal system, based on the understanding of the Brazilian Superior Court of Justice, adopted a model based on vicarious liability, in which the legal entity could only be held liable through the necessary co-authorship with the individual. Based on the uniformity of the jurisprudence provoked by the judgment of the Recurso Extraordinário 548.181 by the Brazilian Federal Supreme Court, in 2013, a model based on self-liability is adopted in Brazil. This model does not require the necessary co-authorship between the individual and the legal entity for their criminal liability. The adoption of a model based on self-liability caused significant impacts on decision rates unfavorable to legal entities in Brazilian courts, such as convictions, indicating an increase in the efficiency of criminal prosecution against companies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Apelação: Resultado por decisão	84
Gráfico 2 - Apelação: Resultado por decisão (desconsiderando prescrições)	85
Gráficos 3 - Apelação: Resultado por decisão - Tribunais	86
Gráfico 4 - Apelações julgadas por tribunal	90
Gráfico 5 - Fundamentação da apelação julgada	92
Gráfico 6 - Recurso em Sentido Estrito	97
Gráficos 7 - Recurso em Sentido Estrito - Tribunais.....	98
Gráfico 8 - Evolução das decisões baseadas na coautoria	101
Gráfico 9 - Evolução das decisões perante o Superior Tribunal de Justiça	105
Gráfico 10 - Evolução das decisões em 1ª instância.....	111
Gráfico 11 - Evolução das decisões nas instâncias anteriores recorridas por Apelação....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Decisões por tribunal	61
Tabela 2 - Incidência do artigo da Lei 9.605/98 em decisões.....	65
Tabela 3 - Fundamento principal da decisão	74
Tabela 4 - Incidência da prescrição por artigo da Lei 9.605/98.....	76
Tabela 5 - Resultado da Decisão	82
Tabela 6 - Resultado da apelação por ano.....	83
Tabela 7 - Fundamentação da apelação	91
Tabela 8 - Fundamentação da decisão sobre a coautoria.....	93
Tabela 9 - Fundamentação da decisão - Embargos de Declaração	94
Tabela 10 - Decisão nos Recursos em Sentido Estrito por ano	97
Tabela 11 - Motivação da decisão desfavorável à pessoa jurídica	100
Tabela 12 - Motivação da decisão favorável à pessoa jurídica.....	100
Tabela 13 - Motivação das decisões por ano	105
Tabela 14 - Índice de decisões reformadas	112
Tabela 15 - Índice de decisões reformadas - Apelação.....	113

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A PESSOA JURÍDICA E A QUESTÃO AMBIENTAL.....	15
2 A RELEVÂNCIA DA SANÇÃO PENAL À PESSOA JURÍDICA	19
3 A EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DA PESSOA JURÍDICA	23
3.1 Primeira fase – A possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica	24
3.2 Segunda fase – A forma de responsabilização da pessoa jurídica	30
4 A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA: UMA OPÇÃO POLÍTICO-CRIMINAL	31
5 O COMPLIANCE	35
5.1 O <i>compliance</i> e a pessoa jurídica.....	36
5.2 O <i>compliance</i> e o direito penal.....	38
5.3 O <i>compliance</i> e a culpabilidade da pessoa jurídica	40
6 A AUTORRESPONSABILIDADE E A HETERORRESPONSABILIDADE ...	47
6.1 A experiência estrangeira na adoção da autorresponsabilidade ou da heterorresponsabilidade.....	52
6.2 A jurisprudência brasileira e os impactos da adoção da autorresponsabilidade ou da heterorresponsabilidade	55
7 LEVANTAMENTO JURISPRUDENCIAL.....	59
7.1 Das decisões por tribunal	61
7.2 Das tipificações	65
7.3 Da fundamentação das decisões	72
7.4 Os resultados das decisões.....	81
7.4.1 A definição de critérios	81
7.4.2 Dos resultados por período	83
7.4.2.1 Dos recursos de Apelação	83
7.4.2.2 Dos Embargos de Declaração e dos Embargos Infringentes	93
7.4.2.3 Dos Recursos em Sentido Estrito.....	95
7.4.3 A pesquisa perante os Tribunais Superiores	102

7.4.3.1 Dos resultados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça	103
7.4.3.2 Dos resultados no âmbito do Supremo Tribunal Federal	108
7.4.4 As decisões nas instâncias anteriores e o índice de decisões reformadas	110
CONCLUSÕES	115
BIBLIOGRAFIA	119
APÊNDICE A.....	127
APÊNDICE B.....	149

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a responsabilização penal da pessoa jurídica no ordenamento pátrio alcançou um novo patamar com o advento da Constituição Federal de 1988, tendo em vista as disposições dos artigos 173, § 5º, e 225, § 3º. Em que pese muitos juristas festejarem a hipótese de responsabilizar penalmente os entes morais, outros a rejeitam, seja por motivos político-criminais ou mesmo por encontrarem obstáculos na dogmática tradicional do direito penal.

A despeito dessas divergências, a lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 regulamentou no ordenamento pátrio a possibilidade de responsabilizar penalmente a pessoa jurídica, com base na previsão disposta no artigo 225, § 3º, da Constituição Federal de 1988. No entanto, permanecem pendentes diversas questões, como os modelos de responsabilidade penal do ente coletivo, que têm repercussão direta sobre a persecução penal dos agentes envolvidos na prática dos delitos envolvendo a pessoa jurídica como sujeito ativo.

A necessidade da dupla imputação para a responsabilização da pessoa jurídica ainda é questão muito discutida na doutrina e na jurisprudência. Em 2013, José L. González Cussac já considerava o panorama como favorável a estabelecer os modelos de responsabilidade penal das sociedades.¹ O presente projeto de pesquisa volta-se a essa temática, pois ainda há esses pontos em aberto com grandes possibilidades de desenvolvimento, devido ao fato de serem suscetíveis às orientações político-criminais que possam ser adotadas faticamente, o que tem ocorrido em nosso país, conforme será demonstrado no próximo tópico deste projeto.

O tema a ser desenvolvido deverá ser limitado ao plano político-criminal. Conforme ensinamento de Miguel Bajo Fernandez, temos que a questão da responsabilidade penal da pessoa jurídica é dividida em três planos. No plano do Direito Positivo, há a indagação se se impõem ou não sanções penais às pessoas jurídicas. No plano dogmático, discute-se sobre se os entes morais possuem ou não capacidade de ação, de culpabilidade e de pena. Já no

¹ GONZÁLEZ CUSSAC, José L. O modelo espanhol de responsabilidade penal das pessoas jurídicas. In OLIVEIRA et al. Direito penal econômico: Estudos em homenagem aos 75 anos do professor Klaus Tiedemann. São Paulo: LiberArs, 2013, p. 380.

plano político criminal, há os questionamentos sobre a conveniência de se responsabilizar penalmente as pessoas jurídicas.²

Para Bajo Fernandez, o estudo desses três planos deve ser feito de modo independente, pois não podem, de forma alguma, sobrepor-se para que haja uma plataforma sólida para uma discussão.³ Por esse viés, temos que os temas propostos para pesquisa de que trata este projeto deverão ser focados nos meandros da política criminal, sendo que os demais planos devem ser estudados de forma independente, abordando-os apenas de forma incidental.

Doutrinariamente, o instituto da responsabilização penal da pessoa jurídica tem sido dividido em dois modelos. O primeiro é aquele que elegeu a imputação direta, própria e independente, ou seja, não é vinculada à imputação das pessoas físicas que atuam no marco societário. Conhecida também como modelo da autorresponsabilidade, esse exige uma elaboração ou adaptação específica de todas as categorias centrais da teoria jurídica do delito, sendo alvo de polêmica doutrinária, inclusive entre seus partidários.⁴

O segundo modelo de responsabilidade penal das pessoas jurídicas é o que segue o critério da atribuição, de “responsabilidade derivada ou de transferência”, no qual a atuação de determinadas pessoas físicas que agem em nome da sociedade a contaminam e transladam à responsabilidade penal segundo determinados critérios de imputação. Este modelo, o da heterorresponsabilidade, é o mais seguido pelos diversos ordenamentos, como o espanhol.⁵ Nesse modelo, não há uma ação e uma culpabilidade autônoma independente da pessoa jurídica, sendo imprescindível a prévia comissão de uma ação típica por uma pessoa física.⁶

Haveria vantagens em se adotar o primeiro modelo? O segundo modelo seria um empecilho à concretização dos fins político-criminais pertinentes à responsabilização penal da pessoa jurídica e dos objetivos preventivos da pena? Já há a possibilidade de se avaliar os resultados da adoção das políticas criminais envolvendo a responsabilização penal da pessoa jurídica? A doutrina aponta vantagens e desvantagens para cada um dos modelos e a opção por algum desses dependerá das razões político-criminais que a inspiraram. Caberá à

² BAJO FERNANDEZ, Miguel. Derecho penal economico: desarrollo economico, proteccion penal y cuestiones politico-criminales. Estudios Del Ministério Fiscal. Numero 1. Madrid: Ministério de Justicia e Interior – Secretaria General Técnica, 1995, p. 832.

³ Ibid. p. 832.

⁴ GONZÁLEZ CUSSAC In OLIVEIRA et al., 2013, p. 381.

⁵ Ibid. p. 381.

⁶ Ibid. p. 385.

pesquisa analisar as vantagens e desvantagens no âmbito político-criminal em relação às diferentes formas de imputação.

Partindo para a realidade brasileira, temos um levantamento de 2009 com 48 decisões entre os anos de 2001 e 2008 envolvendo imputação de crimes ambientais a pessoas jurídicas nos Tribunais Superiores e nos Tribunais Regionais Federais da Primeira, Segunda, Quarta e Quinta Região que levantou hipóteses muito relevantes. À época, houve uma associação entre o desempenho do modelo de responsabilização penal da pessoa jurídica adotado no Brasil e a eficácia desse instituto no país.⁷

Cumprir destacar que esse levantamento não pôde considerar a influência do Recurso Extraordinário 548.181, julgado pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2013, perante os tribunais brasileiros. Essa decisão admitiu a possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica independentemente da responsabilização da pessoa física, quebrando-se o paradigma do modelo guiado pela coautoria necessária.

Dessa forma, faz-se necessário abordar, além do estudo doutrinário sobre os modelos de responsabilidade penal da pessoa jurídica, a forma como os tribunais estão tratando esse instituto. Buscar-se-á desvendar as características detalhadas dos modelos de responsabilização penal dos entes coletivos no sistema jurídico brasileiro e estrangeiro e as implicações da adoção desses diferentes modelos sobre a resposta jurídica à criminalidade corporativa.

⁷ MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. et al. Responsabilização por ilícitos praticados no âmbito de pessoas jurídicas – uma contribuição para o debate público brasileiro. Revista – Série Pensando o Direito nº 18/2009: Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Direito GV); Coord. Acad. Marta Rodriguez de Assis Machado. 2009, p. 70.

CONCLUSÕES

- 1) A responsabilidade penal da pessoa jurídica é uma realidade posta. Identifica-se com clareza a existência de duas gerações de juristas e doutrinadores que se debruçaram sobre o tema, os que discutiam a possibilidade de responsabilização e os que discutem a forma de responsabilização. Hoje em dia, diante da ampla aceitação do instituto entre juristas e doutrinadores, a discussão sobre a possibilidade de responsabilizarem-se penalmente as pessoas jurídicas está praticamente superada. Estamos em um momento em que se passou a discutir os modelos de responsabilidade, a autorresponsabilidade ou heterorresponsabilidade.
- 2) Assim como a própria adoção da possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica, a escolha dos ordenamentos e a construção de jurisprudências sobre a adoção de modelos baseados na autorresponsabilidade ou na heterorresponsabilidade tem muito mais caráter político-criminal do que dogmático. Diante de uma maior lógica na construção da culpabilidade, além da maior possibilidade de sucesso na persecução penal, há uma tendência mundial na adoção de algum modelo baseado na autorresponsabilidade.
- 3) Diante da crescente predileção dos ordenamentos jurídicos mundo afora por modelos de responsabilidade penal da pessoa jurídica baseados na autorresponsabilidade, adquire grande relevância a figura da autorregulação, o *compliance*. Por meio da comparação entre empresas que adotam ou não programas de *compliance*, estudos apontam que há uma tímida prevenção de delitos dentre as primeiras. Todavia, para o direito penal, a figura do *compliance* é relevante para a construção da culpabilidade da pessoa jurídica. É diante do defeito de organização, quando não houve observância à prevenção de riscos, que se verifica a falha na autorregulação e a necessidade de atuação do direito penal.
- 4) O instituto da responsabilização penal da pessoa jurídica não tem aplicação uniforme pelos tribunais brasileiros, havendo muitas variações, conforme a região. Os tribunais que têm competência territorial nos estados que englobam a Amazônia Legal detêm grande parte dos julgados envolvendo a pessoa jurídica. Já alguns estados da região Nordeste, seja sob a competência federal, seja sob a estadual, praticamente não aplicam o instituto, adotando punições às pessoas jurídicas apenas em âmbito administrativo.
- 5) Nos julgados perante às cortes brasileiras, as tipificações em que a pessoa jurídica incide são restritas a poucos tipos penais, apesar de a Lei 9.605/98 prever de diversos delitos em que as pessoas jurídicas possam incidir. Os tipos penais previstos nos artigos 46, 54 e 55

respondem por mais de 60% das tipificações. Em grande parte, isso se deve ao fato de alguns tribunais, localizados em estados com maior número de julgamentos, registrarem maior número de determinados crimes. Outra hipótese, é que alguns delitos são alvo da persecução penal com maior intensidade, desde a fase investigatória. Crimes contra a fauna, por exemplo, são pouco perseguidos.

6) Dentre os 38 tipos de fundamentação identificadas nas 697 decisões judiciais, apenas 8 respondem por 83,50% do total.

7) Sob o aspecto das motivações que fundamentaram as decisões, temos grande parte dos delitos sendo alvo da prescrição, sendo essa a fundamentação mais frequente. A prescrição varia, por óbvio, conforme o tipo penal (penas mais altas possuem menor índice de prescrição), mas também de acordo com o tribunal que julga. É possível conceber que alguns estados possuem o sistema persecutório mais eficiente, como é o caso do estado do Pará.

8) Analisando o período entre os anos de 2009 e 2018, percebe-se que há um aumento constante no número de julgamentos em que há a pessoa jurídica como uma das partes. Esse aumento tem seu pico no ano de 2016. A partir de então, há uma queda constante no número de julgamentos.

9) Quando se analisam os resultados dos julgamentos, percebe-se que o número das decisões favoráveis e desfavoráveis às pessoas jurídicas são equânimes, até o ano de 2013. A partir de então, o número de decisões desfavoráveis às pessoas jurídicas, como as condenações, aumenta em grande quantidade, enquanto as decisões favoráveis, como as absolvições, permanecem estáveis. O pico das decisões desfavoráveis ocorre no ano de 2016, passando a cair paulatinamente, mas permanecendo sempre muito superiores às decisões favoráveis.

10) Diante da análise qualificada das decisões dos diferentes tribunais brasileiros e suas motivações, no período de 2009 a 2018, fica evidente que a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o Recurso Extraordinário 548.181, no ano de 2013, em que se considerou como desnecessária a coautoria entre as pessoas físicas e jurídicas, para a responsabilização dessa última, influenciou os resultados. O modelo adotado por meio da decisão do Supremo Tribunal Federal pode ser considerado como uma forma de autorresponsabilidade e resultou em um maior crescimento no número de decisões desfavoráveis às pessoas jurídicas, como as condenações, em relação ao número de decisões favoráveis.

11) Quanto aos resultados das decisões favoráveis e desfavoráveis, na primeira instância, que precederam os julgamentos dos tribunais, percebe-se que os números se comportam de maneira semelhante ao segundo grau de jurisdição. Houve, a partir de 2014, um crescimento no número de decisões desfavoráveis às pessoas jurídicas. O índice de decisões reformadas em segunda instância, por sua vez, apresentou uma certa constância ao decorrer dos anos. Depreende-se, dessa forma, que os juízes de primeira instância se comportam de maneira semelhante aos tribunais.

12) Na realidade jurídica brasileira, diante de inúmeros desastres ambientais de enormes proporções causados por corporações, a aplicação de sanção penal às pessoas jurídicas pode adquirir grande relevância preventiva. Todavia, para que essa sanção penal tenha um efeito preventivo, de fato, é necessário que a aplicação de penas gere às empresas um impacto financeiro maior do que o custo da adoção de medidas preventivas. O caso das empresas mineradoras e o colapso de barragens de rejeito de minérios revelou que as pessoas jurídicas tendem a mensurar os custos financeiros da adoção de medidas preventivas em contraponto aos custos da assunção das indenizações pecuniárias. Portanto, apenas diante da possibilidade real de uma penalização rigorosa, com um severo impacto financeiro, poder-se-á otimizar a adoção de medidas preventivas por parte das corporações.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade; **Direito ambiental esquematizado**; 5.^a ed.. São Paulo: Editora Método, 2014.

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Legislação penal especial**. 9^a ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

ARAÚJO JÚNIOR, João Marcello. **Societas Delinquere Potest – Revisão da Legislação Comparada e Estado Atual da Doutrina**. In GOMES, Luiz Flávio (Org.). Responsabilidade Penas da Pessoa Jurídica e Medidas Provisórias e Direito Penal. v. 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 72-94.

BACIGALUPO SAGGESE, Silvina. **La responsabilidad penal de las personas jurídicas**. 522 f. Tese (Doctorado em Derecho Penal) – Facultad de Derecho, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 1997.

BAIGÚN, David. **La responsabilidad penal de las personas jurídicas (Ensayo de um nuevo modelo teórico)**. Buenos Aires: Depalma, 2000.

BAJO FERNANDEZ, Miguel. **Derecho penal economico: desarrollo economico, proteccion penal y cuestiones politico-criminales**. Estudios Del Ministério Fiscal. Numero 1. Madrid: Ministério de Justicia e Interior – Secretaria General Técnica, 1995

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm >. Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama> > Acesso em: 17 set. 2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Entenda o acidente de Mariana e suas conseqüências para o meio ambiente**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/12/entenda-o-acidente-de-mariana-e-suas-consequencias-para-o-meio-ambiente>> Acesso em: 29 ago. 2016.

_____. Senado Federal. **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito de Brumadinho e Outras Barragens**. Disponível em: < <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/d8519efe-899a-47fd-bfbb-29505d9c054d> > Acesso em: 17 set. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 564.960 - SC**. RELATOR: Ministro Gilson Dipp. Julgamento: 13/06/2005. Disponível em: < https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencia=1791222&num_registro=200301073684&data=20050613&tipo=5&formato=PDF >. Acesso em: 26 out. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de declaração no recurso especial Nº 865.864 – PR**. RELATOR: Ministro Adilson Vieira Macabu. Julgamento: 20/10/2011. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21283320/embargos-de>>

declaracao-no-recurso-especial-edcl-no-resp-865864-pr-2006-0230607-6-stj/inteiro-teor-21283321#>. Acesso em: 26 jul. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 548.181-PR**. Relator(a):Min. Rosa Weber, Julgamento: 06/08/2013, Órgão Julgador: Primeira Turma, Publicação: acórdão eletrônico DJe-213 divulg 29-10-2014 public. 30-10-2014. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25342675/recurso-extraordinario-re-548181-pr-stf#>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 473.045-SC**. Relator(a):Min. Gilmar Mendes, Julgamento: 08/10/2013, Órgão Julgador: Primeira Turma, Publicação: acórdão eletrônico DJe-204 divulg 14-10-2013 public. 15-10-2013. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=176254794&ext=.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2019.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. v. 1: parte geral. 14^a ed. rev. Atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRODT, Luís Augusto Sanzo; MENEGHIN, Guilherme de Sá. **Responsabilidade penal da pessoa jurídica: um estudo comparado**. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 1, p. 245-273, 2015.

BRUNO, Aníbal. **Das Penas**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

BUSATO, Paulo César. **Responsabilidade penal de pessoas jurídicas no projeto do novo código penal brasileiro**. Revista Liberdades, Edição Especial: Reforma do Código Penal, Publicação Oficial do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, p.98-128, set. 2012.

CAMARGO, Beatriz Corrêa. **A construção da personalidade jurídica na prevenção de crimes através da responsabilidade penal de pessoas jurídicas**. In SAAD-DINIZ, Eduardo; BRODOWSLI, Dominik; SÁ, Ana Luiza de. (Org.). Regulação do abuso no âmbito corporativo: o papel do direito penal na crise financeira. São Paulo: LiberArs, 2015.

CARDOSO, Débora Motta. **Criminal compliance na perspectiva da lei de lavagem de dinheiro**. São Paulo: LiberArs, 2015.

CERNICCHIARO, Luiz Vicente; COSTA JR., Paulo José da. **Direito penal na Constituição**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

CHILE. **Ley núm. 20.393 - Establece la responsabilidad penal de las personas jurídicas en los delitos que indica**. Fecha Publicación: 02-DIC-2009. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1008668&buscar=20393>> Acesso em: 02 nov. 2019.

CIGÜELA SOLA, Javier. **El injusto estructural de la organización**. Revista para el Análisis del Derecho – InDret, Barcelona, v. 1/2016, n. 340, ene. 2016. p. 11 Disponível em: <<https://www.raco.cat/index.php/InDret/article/viewFile/305704/395582>>. Acesso em: 15 out. 2018.

COSTA JUNIOR, Paulo José da. **Direito Penal Ecológico**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 77, 1982.

_____. **Direito Penal Ecológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

CUADRADO RUIZ, Maria Ángeles. **La responsabilidad penal de las personas jurídicas. Un paso hacia adelante... ¿un paso hacia atrás?**. Revista jurídica de castilla y león. n.º 12. Abril, 2007. p. 121-152. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10481/38633>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

DELMANTO, Celso. et al. **Código penal comentado**. 6ª ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 29ª ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

DOTTI, René Ariel. **A Incapacidade Criminal da Pessoa Jurídica**. In PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (Org.). Responsabilidade da Pessoa Jurídica: Em defesa do princípio da imputação subjetiva. 4ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 163-201.

ESPANHA. **Ley Orgánica 10/1995, de 23 de noviembre, del Código Penal**. Disponível em: <<https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1995-25444>> Acesso em: 02 nov. 2019

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; CONTE, Christiany Pegorari. **Crimes ambientais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

GALVÃO, Fernando. **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica**. 4ª ed.; ver.; atual. e ampl.. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

GÂNDALA VALLEJO, Beatriz de la. **El sujeto del Derecho penal Económico**. In BACIGALUPO, Enrique. (Coord.) Curso de derecho penal económico. Madrid: Marcial Pons, 1998.

GOMES, Luiz Flávio (Org.). **Responsabilidade Penas da Pessoa Jurídica e Medidas Provisórias e Direito Penal**. v. 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

GÓMEZ COLOMER, Juan-Luis. **La persona jurídica acusada en el proceso penal español**. In: ARROYO ZAPATERO, Luís; NIETO MARTÍN, Adán (diretores). El derecho penal en la era compliance. Valencia: Tirant lo Blanch, 2013.

GÓMEZ-JARA DÍEZ, Carlos. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica: teoria do crime para as pessoas jurídicas**. São Paulo: Atlas, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil esquematizado**. v. 1 - coordenador Pedro Lenza – 4ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, Darly Prado. **Principais desastres ambientais no Brasil e no mundo**. Jornal da UNICAMP. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2017/12/01/principais-desastres-ambientais-no-brasil-e-no-mundo>> Acesso em: 18 set. 2019.

GONZÁLEZ CUSSAC, José L. **O modelo espanhol de responsabilidade penal das pessoas jurídicas**. In OLIVEIRA et al. *Direito penal econômico: Estudos em homenagem aos 75 anos do professor Klaus Tiedemann*. São Paulo: LiberArs, 2013, p. 379-391.

GONZÁLEZ SIERRA, Pablo. **La responsabilidad penal de las personas jurídicas en México**. In ZUGALDIA ESPINAR, José Miguel; ESPINOSA CEBALLOS, Elena B. M.. (Org.). *La responsabilidad criminal de las personas jurídicas en latinoamérica y en España*. Pamplona: Thomsom Reuters (Legal) Limites, 2015.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

HASSEMER, Winfried. **Perspectivas Del Derecho Penal del futuro**. Traducción Enrique Anarte Borrallo. *Revista Penal*, Universidad de Huelva, España, 1998.

HERNÁNDEZ BASUALTO, Héctor. **La responsabilidad penal de las personas jurídicas y reforma penal integral em Chile**. In ZUGALDIA ESPINAR, José Miguel; ESPINOSA CEBALLOS, Elena B. M.. (Org.). *La responsabilidad criminal de las personas jurídicas en latinoamérica y en España*. Pamplona: Thomsom Reuters (Legal) Limites, 2015.

JOFFRE CALASICH, Fabio. **La responsabilidad penal de las personas jurídicas en el derecho penal boliviano**. In ZUGALDIA ESPINAR, José Miguel; ESPINOSA CEBALLOS, Elena B. M.. (Org.). *La responsabilidad criminal de las personas jurídicas en latinoamérica y en España*. Pamplona: Thomsom Reuters (Legal) Limites, 2015.

LAUFER, William. **O compliance game**. In SAAD-DINIZ, Eduardo; BRODOWSLI, Dominik; SÁ, Ana Luiza de. (Org.). *Regulação do abuso no âmbito corporativo: o papel do direito penal na crise financeira*. São Paulo: LiberArs, 2015.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação Especial Comentada**. 2ª ed. Salvador: Juspodium, 2014.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21ª ed. revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Malheiros, 2013.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. **Responsabilidade Penal de Pessoas Jurídicas: O paradoxo de sua interpretação pelos tribunais brasileiros**. *Anais do XX Encontro do CONPEDI*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011

_____. et al. **Responsabilização por ilícitos praticados no âmbito de pessoas jurídicas – uma contribuição para o debate público brasileiro**. *Revista – Série Pensando o Direito* nº 18/2009: Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Direito GV); Coord. Acad. Marta Rodriguez de Assis Machado. 2009.

MARQUES, Fernando Tadeu; DIAS, Reinaldo; Silva, Graziela da. **A responsabilidade penal ambiental no caso do desastre de Mariana/MG**. *Derecho y Cambio Social*, Lima, n. 51, p. 3, jan. 2018. Disponível em: <

https://www.derechoycambiosocial.com/revista051/A_RESPONSABILIDADE_PENAL_AMBIENTAL.pdf> Acesso em: 28 jun. 2018.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: Doutrina, Jurisprudência, Glossário**. Prefácio à 5ª ed. Ada Pellegrini Grinover. 5ª ed. ref., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MINAS GERAIS. Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. **Brumadinho: 249 vítimas são identificadas**. Disponível em: <<https://www.policiacivil.mg.gov.br/noticia/imprimeNoticia/2247538> > Acesso em: 17 set. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Superintendência de Comunicação Integrada. **MPMG denuncia a Samarco Mineração e 14 funcionários da empresa por crime ambiental**. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-denuncia-a-samarco-mineracao-e-14-funcionarios-da-empresa-por-crime-ambiental.htm#.V8XQK_krK00> Acesso em: 29 ago. 2016.

MIR PUIG, Santiago. **Una tercera vía en materia de responsabilidad penal de las personas jurídicas**. Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología, núm. 06, p. 1-17, 2004. Disponível em: <<http://criminnet.ugr.es/recpc/06/recpc06-01.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 30ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NEIRA PENA, Ana Maria. **La autorregulacion y lãs investigaciones internas corporativas como forma de privatización Del proceso penal. El peligro para los derechos de los trabajadores**. In SAAD-DINIZ, Eduardo; BRODOWSLI, Dominik; SÁ, Ana Luiza de. (Org.). *Regulação do abuso no âmbito corporativo: o papel do direito penal na crise financeira*. São Paulo: LiberArs, 2015.

NÍETO MARTÍN, Adán. **El Derecho Penal Económico En La Era Compliance**. In: ARROYO ZAPATERO, Luís; NIETO MARTÍN, Adán (diretores). Valencia: Tirant lo Blanch, 2013.

_____. **Introduccio**. In: ARROYO ZAPATERO, Luís; NIETO MARTÍN, Adán (diretores). *El derecho penal en la era compliance*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2013.

NORONHA, Magalhães. **Direito penal volume 1: introdução e parte geral**. 38ª ed. rev. e atual, por Adalberto José Q. T. de Camargo Aranha. São Paulo: Saraiva, 2004.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 7ª ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

PANCHERI, Ivanira; CAMPOS, Roberto Augusto de Carvalho. **Direito animal**. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 113, p. 187-204, 21 dez. 2018.

PASTOR MUÑOZ, Nuria. **¿Organizaciones culpables?** Revista para el Análisis del Derecho – InDret, Barcelona, v. 4/2006, n. 340, abr. 2006. Disponível em: <<https://www.raco.cat/index.php/InDret/article/viewFile/121377/167825>>. Acesso em: 15 out. 2018.

PORTO, Antônio José Maristrello; SANTOS, Laura Meneghel. **Reflexões sobre o caso da Samarco em Mariana.** Conjuntura Econômica, junho-2016, p. 60-61. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/download/65804/63523>> Acesso em: 17 set. 2019.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro.** 14ª ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

_____. **Responsabilidade da Pessoa Jurídica: Em defesa do princípio da imputação subjetiva.** In PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (Org.). Responsabilidade da Pessoa Jurídica: Em defesa do princípio da imputação subjetiva. 4ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 129-162.

REALE JUNIOR, Miguel. **A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.** In PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (Org.). Responsabilidade da Pessoa Jurídica: Em defesa do princípio da imputação subjetiva. 4ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 353-355.

_____. **Instituições de Direito Penal.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.

ROTHENBURG, Walter Claudius. **A Pessoa Jurídica Criminosa.** 1ª ed. (1997), 3ª tir. Curitiba: Juruá, 2007.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

SANCTIS, Fausto Martin de. **Responsabilidade penal das corporações e criminalidade moderna.** 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal: Parte Geral.** 3ª ed. Curitiba: Lumen Juris, 2008.

_____. **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.** In PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (Org.). Responsabilidade da Pessoa Jurídica: Em defesa do princípio da imputação subjetiva. 4ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 277-292.

SARCEDO, Leandro. **Compliance e responsabilidade penal da pessoa jurídica: construção de um novo modelo de imputação, baseado na culpabilidade corporativa.** 2015. Tese (Doutorado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.2.2015.tde-07122015-163555. Acesso em: 2018-07-02.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental.** 2ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

SCHÜNEMANN, Bernd. **“Die Strafbarkeit der juristischen Personenaus deutscher und europäischer Sicht“**. In: Bausteine des europäischen Wirtschaftsstrafrechts: Madrid-Symposium für Klaus Tiedemann. Berlin, Carl Heymanns Verlag, 1994., p. 272. *Apud* Revista – Série Pensando o Direito nº 18/2009: Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Direito GV); Coord. Acad. Marta Rodriguez de Assis Machado. 2009. p. 13.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Responsabilidade penal da pessoa jurídica**. 3ª ed.; Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

_____. **Responsabilidade Penal das Pessoas Jurídicas**. In OLIVEIRA et al. (orgs.). Direito penal econômico: Estudos em homenagem aos 75 anos do professor Klaus Tiedemann. São Paulo: LiberArs, 2013, p. 349-357.

SIEBER, Ulrich. **Programas de compliance en el derecho penal de la empresa. Una nueva concepción para controlar la criminalidad económica**. In NÍETO MARTÍN, Adán. El Derecho Penal Económico En La Era Compliance. Valencia: Tirant lo Blanch, 2013.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús Maria. **La evolución ideológica de la discusión sobre la "responsabilidad penal" de las personas jurídicas**. Derecho Penal y Criminología: Revista del Instituto de Ciencias Penales y Criminológicas, v. 29, n. 86-87, p. 129-148, 2008.

_____. **Responsabilidade penal de las empresas y de sus organos en derecho español**. In PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (Org.). Responsabilidade da Pessoa Jurídica: Em defesa do princípio da imputação subjetiva. 4ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 69-90.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo. **Compliance, direito penal e Lei anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2015.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Tutela penal do meio ambiente: breves considerações atinentes à lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. 3ª ed. Ver., atual. E ampl. São Paulo: Saraiva, 2004.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil: volume único**. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: MÉTODO, 2016.

TIEDEMANN, Klaus. **Responsabilidade Penal de Personas Jurídicas y Empresas em El Derecho Comparado**. In GOMES, Luiz Flávio (Org.). Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica e Medidas Provisórias e Direito Penal. v. 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 25-45.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios Básicos de Direito Penal**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

UMPIERES, Rodrigo Tolotti. **Lucro da Vale salta 391% no 4º trimestre, a US\$ 3,79 bilhões, e supera expectativas**. InfoMoney. Disponível em: <

<https://www.infomoney.com.br/vale/noticia/8061288/lucro-da-vale-salta-391-no-4-trimestre-a-us-379-bilhoes-e-supera-expectativas>> Acesso em: 17 set. 2019.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil I: Parte Geral**. 8ª ed., São Paulo: Editora Atlas, 2008.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro: volume 1 - parte geral**. 9ª ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

_____. **Parecer a Nilo Batista sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas**. In PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (Org.). Responsabilidade da Pessoa Jurídica: Em defesa do princípio da imputação subjetiva. 4ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 64

ZUGALDIA ESPINAR, José Miguel. **La responsabilidad criminal de lãs personas jurídicas em El derecho penal español (análisis de La cuestión trás La reforma operada por La LO 1/2015, de 30 de marzo)**. In ZUGALDIA ESPINAR, José Miguel; ESPINOSA CEBALLOS, Elena B. M.. (Org.). La responsabilidad criminal de lãs personas jurídicas em latinoamérica y em españa. Pamplona: Thomsom Reuters (Legal) Limites, 2015

APÊNDICE A

Julgador	Processo	Data de julgamento	Tipo de Recurso
TRF-1	0001452-36.2013.4.01.4200/RR	13/11/2018	Apelação
TRF-1	0004467-55.2004.4.01.3900/PA	10/07/2018	Apelação
TRF-1	0003940-77.2016.4.01.3902/PA	21/08/2018	Recurso em Sentido Estrito
TRF-1	0000217-43.2018.4.01.4302/TO	04/12/2018	Recurso em Sentido Estrito
TRF-1	0013807-92.2018.4.01.0000/PA	07/08/2018	Recurso em Sentido Estrito
TRF-1	0001436-28.2017.4.01.4302/TO	10/07/2018	Recurso em Sentido Estrito
TRF-1	0002721-50.2007.4.01.3900/PA	19/06/2018	Apelação
TRF-1	0000792-91.2011.4.01.3301/BA	21/08/2017	Apelação
TRF-1	0000262-31.2013.4.01.3200/AM	08/02/2017	Recurso em Sentido Estrito
TRF-1	0001003-27.2006.4.01.3100/AP	28/06/2017	Apelação
TRF-1	0001598-28.2014.4.01.3817/MG	24/10/2017	Apelação
TRF-1	0011137-70.2008.4.01.3900/PA	25/10/2016	Apelação
TRF-1	0002833-24.2004.4.01.3900/PA	17/10/2016	Apelação
TRF-1	0003703-73.2007.4.01.3800/MG	01/07/2016	Apelação
TRF-1	0001235-80.2005.4.01.4100/RO	19/07/2016	Apelação
TRF-1	0000972-15.2009.4.01.3904/PA	28/04/2017	Apelação
TRF-1	0003703-73.2007.4.01.3800/MG	08/06/2016	Apelação
TRF-1	0001223-66.2005.4.01.4100/RO	31/03/2016	Apelação
TRF-1	0018432-22.2011.4.01.3200/AM	08/03/2016	Apelação
TRF-1	0011138-55.2008.4.01.3900/PA	08/07/2016	Apelação
TRF-1	0004474-47-2004.4.01.3900/PA	08/07/2016	Apelação
TRF-1	0002115-74.2011.4.01.3902/PA	05/04/2016	Recurso em Sentido Estrito
TRF-1	0001771-36.2010.4.01.3900/PA	28/01/2016	Apelação
TRF-1	0004478-84.2004.4.01.3900/PA	15/04/2016	Apelação
TRF-1	0000038-94.2008.4.01.3903/PA	10/11/2015	Apelação
TRF-1	0000714-51.2008.4.01.3900/PA	22/05/2015	Apelação
TRF-1	0001222-81.2005.4.01.4100/RO	28/11/2014	Apelação
TRF-1	0001713-44.2012.4.01.3809/MG	24/01/2014	Recurso em Sentido Estrito
TRF-1	0004958-62.2004.4.01.3900/PA	22/01/2014	Apelação
TRF-1	0001519-93.2011.4.01.3804/MG	26/09/2013	Apelação

TRF-1	0013425-92.2011.4.01.3800/MG	25/03/2013	Recurso em Sentido Estrito
TRF-1	0007631-68.2008.4.01.4100/RO	29/05/2013	Apelação
TRF-1	0002365-08.2005.4.01.4100/RO	18/12/2012	Apelação
TRF-1	0001050-42.2005.4.01.4100/RO	05/11/2012	Embargos Infringentes
TRF-1	0000349-42.2009.4.01.4100/RO	06/09/2012	Apelação
TRF-1	0003733-47.2008.4.01.4100/RO	04/02/2011	Apelação
TRF-1	0001456-18.2004.4.01.3900/PA	26/06/2012	Apelação
TRF-1	0001050-42.2005.4.01.4100/RO	17/10/2012	Apelação
TRF-1	0004641-46.2004.4.01.4100/RO	31/01/2012	Apelação
TRF-1	0007631-68.2008.4.01.4100/RO	02/07/2012	Apelação
TRF-1	0021154-60.2010.4.01.0000/BA	19/04/2012	Mandado de Segurança
TRF-1	0002861-21.2006.4.01.3900/PA	02/03/2012	Apelação
TRF-1	0014383-50.2003.4.01.3900/PA	13/12/2011	Apelação
TRF-1	0000365-35.2005.4.01.4100/RO	25/04/2011	Apelação
TRF-1	0002236-25.2007.4.01.3100/AP	28/06/2011	Apelação
TRF-1	0001217-59.2005.4.01.4100/RO	16/08/2011	Apelação
TRF-1	0005004-28.2007.4.01.4100/RO	10/11/2011	Apelação
TRF-1	0001744-69.2009.4.01.4100/RO	02/08/2011	Apelação
TRF-1	0001636-82.1999.4.01.3100/AP	19/07/2011	Apelação
TRF-1	0001231-43.2005.4.01.4100/RO	12/07/2011	Apelação
TRF-1	0002288-38.2010.4.01.3804/MG	01/07/2011	Recurso em Sentido Estrito
TRF-1	0000582-78.2005.4.01.4100/RO	01/12/2010	Apelação
TRF-1	0004389-43.2004.4.01.4100/RO	20/10/2009	Apelação
TRF-1	0002371-15.2005.4.01.4100/RO	11/05/2010	Apelação
TRF-1	0001241-87.2005.4.01.4100/RO	25/01/2010	Apelação
TRF-1	0000283-41.2008.4.01.3310/BA	20/07/2010	Apelação
TRF-1	0004428-69.2006.4.01.4100/RO	17/11/2010	Apelação
TRF-1	0000052-74.2005.4.01.4100/RO	07/07/2009	Apelação
TRF-1	0001947-02.2007.4.01.4100/RO	30/06/2009	Apelação
TRF-1	0001370-47.2004.4.01.3900/PA	30/06/2009	Apelação
TRF-1	0002592-95.2005.4.01.4100/RO	14/09/2009	Apelação
TRF-1	0001239-49.2007.4.01.4100/RO	16/12/2009	Apelação
TRF-1	0004379-28.2006.4.01.4100/RO	16/06/2009	Apelação

TRF-1	0001549-78.2004.4.01.3900/PA	08/06/2009	Apelação
TRF-1	0003044-08.2005.4.01.4100/RO	28/04/2009	Apelação
TRF-1	0006264-89.2001.4.01.3700/MA	29/10/2009	Recurso em Sentido Estrito
TRF-1	0001226-21.2005.4.01.4100/RO	26/06/2009	Apelação
TRF-1	0003255-39.2008.4.01.4100/RO	19/06/2009	Apelação
TRF-1	0001229-73.2005.4.01.4100/RO	05/05/2009	Apelação
TRF-1	0007877-69.2005.4.01.4100/RO	16/03/2009	Apelação
TRF-1	0007572-40.2004.4.01.3900/PA	03/03/2009	Apelação
TRF-1	0001245-27.2005.4.01.4100/RO	27/01/2009	Apelação
TRF-2	0500612-41.2016.4.02.5103/RJ	12/11/2018	Embargos Infringentes
TRF-2	0000993-56.2014.4.02.5110/RJ	30/05/2018	Apelação
TRF-2	0005850-82.2013.4.02.5110/RJ	22/03/2018	Apelação
TRF-2	0000164-86.2006.4.02.5003/ES	15/12/2017	Apelação
TRF-2	0003643-31.2013.4.02.5104/RJ	28/09/2017	Apelação
TRF-2	0001140-60.2010.4.02.5001/ES	18/09/2017	Apelação
TRF-2	0000360-46.2012.4.02.5003/ES	31/08/2017	Apelação
TRF-2	0500611-56.2016.4.02.5103/RJ	29/08/2017	Recurso em Sentido Estrito
TRF-2	0000364-49.2013.4.02.5003/ES	05/07/2017	Apelação
TRF-2	0001379-90.2012.4.02.5002/ES	18/05/2017	Apelação
TRF-2	0002146-26.2017.4.02.0000/RJ	10/05/2017	Habeas Corpus
TRF-2	0000011-75.2014.4.02.5002/ES	15/05/2017	Apelação
TRF-2	0000203-95.2011.4.02.5104/RJ	29/03/2017	Apelação
TRF-2	0000514-36.2009.4.02.5111/RJ	23/03/2017	Apelação
TRF-2	0001134-53.2010.4.02.5001/ES	23/03/2017	Apelação
TRF-2	000172194.2009.4.02.5103/RJ	22/02/2017	Apelação
TRF-2	0013262-63.2016.4.02.0000/RJ	16/02/2017	Habeas Corpus
TRF-2	0500229-63.2016.4.02.5103/RJ	30/11/2016	Recurso em Sentido Estrito
TRF-2	0000509-64.2011.4.02.5104/RJ	28/11/2016	Apelação
TRF-2	000650083.2004.4.02.5001/ES	16/11/2016	Apelação
TRF-2	0000432-27.2012.4.02.5005/ES	26/10/2016	Apelação
TRF-2	0002486-14.2006.4.02.5154/RJ	04/04/2016	Apelação
TRF-2	0000255-61.2011.4.02.5114/RJ	03/03/2016	Apelação
TRF-2	0002158-84.2013.4.02.5107/RJ	03/12/2015	Apelação
TRF-2	000521656.2014.4.02.0000/ES	03/06/2014	Habeas Corpus

TRF-2	001598038.2013.4.02.0000/RJ	04/06/2014	Mandado de Segurança
TRF-2	0001706-28.2009.4.02.5103/RJ	20/05/2014	Apelação
TRF-2	000112508.2012.4.02.5103/RJ	14/05/2014	Apelação
TRF-2	000170713.2009.4.02.5103/RJ	06/05/2014	Apelação
TRF-2	000484445.2010.4.02.5110/RJ	03/12/2013	Apelação
TRF-2	000170106.2009.4.02.5103/RJ	05/11/2013	Apelação
TRF-2	000248274.2006.4.02.5154/RJ	02/10/2013	Apelação
TRF-2	0001710-65.2009.4.02.5103/RJ	28/08/2013	Apelação
TRF-2	0002473-58.2012.4.02.5104/RJ	20/08/2013	Recurso em Sentido Estrito
TRF-2	000574717.2009.4.02.5110/RJ	20/08/2013	Apelação
TRF-2	0008808-80.2009.4.02.5110/RJ	20/08/2013	Apelação
TRF-2	0001604-37.2008.4.02.5104/RJ	17/07/2013	Apelação
TRF-2	0000232-10.2004.4.02.5002/RJ	09/07/2013	Apelação
TRF-2	0000481-34.2009.4.02.5115/RJ	22/05/2013	Recurso em Sentido Estrito
TRF-2	0003724-08.2007.4.02.5001/ES	08/03/2013	Apelação
TRF-2	0000728-16.2007.4.02.5105/RJ	14/08/2012	Apelação
TRF-2	0814016-10.2007.4.02.5101/RJ	19/04/2012	Apelação
TRF-2	0006451-03.2008.4.02.5001/ES	11/05/2011	Apelação
TRF-2	0001477-06.2002.4.02.5106/RJ	09/02/2011	Apelação
TRF-2	0014279-47.2010.4.02.0000/RJ	01/02/2011	Mandado de Segurança
TRF-2	0007248-11.2006.4.02.5110/RJ	17/11/2010	Apelação
TRF-2	0006555-89.2010.4.02.0000/RJ	14/09/2010	Mandado de Segurança
TRF-2	0004280-07.2005.4.02.5154/RJ	22/07/2009	Apelação
TRF-2	0005270-95.2005.4.02.5154/RJ	15/07/2009	Apelação
TRF-3	0003519-20.2015.4.03.6181/SP	23/10/2018	Apelação
TRF-3	0002379-21.2012.4.03.6127/SP	08/11/2017	Apelação
TRF-3	0008627-93.2012.4.03.6000/MS	24/08/2017	Apelação
TRF-3	0009921-14.2012.4.03.6120/SP	20/02/2017	Apelação
TRF-3	0006546-31.2003.4.03.6181/SP	15/04/2016	Recurso em Sentido Estrito
TRF-3	0023262-66.2014.4.03.0000/SP	20/08/2015	Mandado de Segurança
TRF-3	0007964-92.2004.4.03.6108/SP	13/08/2015	Apelação
TRF-3	0000972-93.2005.4.03.6007/MS	14/07/2015	Apelação
TRF-3	0000611-34.2005.4.03.6118/SP	24/06/2013	Apelação

TRF-3	0000076-71.2006.4.03.6118/SP	10/09/2012	Apelação
TRF-3	0017140-08.2012.4.03.0000/SP	18/12/2012	Habeas Corpus
TRF-3	0001192-94.2010.4.03.0000/SP	26/07/2010	Habeas Corpus
TRF-3	0006077-43.2003.4.03.6000/MS	17/02/2009	Apelação
TRF-4	5004389-93.2012.4.04.7009/PR	17/12/2018	Apelação
TRF-4	0001496-05.2007.4.04.7200/SC	17/12/2018	Apelação
TRF-4	5003765-57.2015.4.04.7100/RS	05/12/2018	Apelação
TRF-4	0000389-46.2009.4.04.7202/SC	06/11/2018	Apelação
TRF-4	0001210-44.2009.4.04.7204/SC	16/10/2018	Apelação
TRF-4	5005913-45.2014.4.04.7110/RS	10/10/2018	Apelação
TRF-4	5019501-09.2015.4.04.7200/SC	24/07/2018	Apelação
TRF-4	5002745-90.2013.4.04.7103/RS	18/07/2018	Embargos de Declaração
TRF-4	5014222-81.2011.4.04.7200/SC	20/06/2018	Apelação
TRF-4	5076028-24.2014.4.04.7100/RS	12/06/2018	Apelação
TRF-4	5001346-90.2013.4.04.7114/RS	12/06/2018	Apelação
TRF-4	5002745-90.2013.4.04.7103/RS	16/05/2018	Apelação
TRF-4	5030127-42.2014.4.04.7000/PR	11/04/2018	Apelação
TRF-4	5006788-12.2014.4.04.7208/SC	06/02/2018	Apelação
TRF-4	5023756-73.2016.4.04.7200/SC	22/11/2017	Apelação
TRF-4	5013366-71.2012.4.04.7107/RS	21/11/2017	Apelação
TRF-4	5000899-92.2015.4.04.7127/RS	21/11/2017	Apelação
TRF-4	5032732-40.2014.4.04.7200/SC	07/11/2017	Apelação
TRF-4	5010448-26.2014.4.04.7204/SC	25/10/2017	Apelação
TRF-4	5017188-21.2014.4.04.7100/RS	11/10/2017	Apelação
TRF-4	5048333-50.2017.4.04.0000/SC	11/10/2017	Habeas Corpus
TRF-4	5002218-58.2015.4.04.7204/SC	19/09/2017	Apelação
TRF-4	5001931-30.2013.4.04.7119/RS	27/06/2017	Apelação
TRF-4	5003530-61.2013.4.04.7100/RS	06/06/2017	Apelação
TRF-4	5010048-27.2014.4.04.7102/RS	30/05/2017	Apelação
TRF-4	5039895-69.2016.4.04.0000/SC	17/05/2017	Mandado de Segurança
TRF-4	5001418-13.2013.4.04.7103/RS	09/05/2017	Apelação
TRF-4	5003323-52.2015.4.04.7113/RS	28/03/2017	Apelação
TRF-4	5009911-95.2012.4.04.7205/SC	24/01/2017	Apelação
TRF-4	5000970-42.2010.4.04.7104/RS	05/10/2016	Apelação

TRF-4	5014575-53.2013.4.04.7200/SC	28/09/2016	Apelação
TRF-4	5000270-16.2013.4.04.7216/SC	27/09/2016	Apelação
TRF-4	5003453-23.2012.4.04.7121/RS	31/08/2016	Apelação
TRF-4	5005158-10.2012.4.04.7104/RS	30/08/2016	Apelação
TRF-4	5014755-05.2014.4.04.7113/RS	17/08/2016	Apelação
TRF-4	5011660-64.2014.4.04.7113/RS	02/08/2016	Apelação
TRF-4	5001564-97.2013.4.04.7121/RS	29/06/2016	Apelação
TRF-4	2002.04.01.013843-0/PR	21/06/2016	Mandado de Segurança
TRF-4	0008392-93.2009.4.04.7200/SC	08/06/2016	Apelação
TRF-4	5001646-37.2013.4.04.7216/SC	03/05/2016	Apelação
TRF-4	5019772-86.2013.4.04.7200/SC	12/04/2016	Apelação
TRF-4	5019176-05.2013.4.04.7200/SC	12/04/2016	Apelação
TRF-4	5000246-62.2011.4.04.7214/SC	01/03/2016	Apelação
TRF-4	5009725-87.2012.4.04.7200/SC	24/02/2016	Apelação
TRF-4	5003037-77.2010.4.04.7104/RS	23/02/2016	Apelação
TRF-4	5000604-34.2014.4.04.7113/RS	27/01/2016	Apelação
TRF-4	5011183-61.2011.4.04.7205/SC	19/01/2016	Apelação
TRF-4	5009218-05.2012.4.04.7208/SC	12/01/2016	Apelação
TRF-4	5001476-42.2015.4.04.7201/SC	10/11/2015	Recurso em Sentido Estrito
TRF-4	5005384-66.2013.4.04.7108/RS	06/10/2015	Apelação
TRF-4	5002465-42.2011.4.04.7119/RS	08/09/2015	Apelação
TRF-4	5002088-71.2011.4.04.7119/RS	12/08/2015	Embargos de Declaração
TRF-4	5003934-73.2013.4.04.7113/RS	05/08/2015	Apelação
TRF-4	5002088-71.2011.4.04.7119/RS	15/07/2015	Apelação
TRF-4	5003273-94.2013.4.04.7113/RS	14/07/2015	Apelação
TRF-4	0000948-10.2008.4.04.7114/RS	24/06/2015	Apelação
TRF-4	5010159-40.2015.404.0000/SC	03/06/2015	Mandado de Segurança
TRF-4	5012967-71.2014.404.7204/SC	19/05/2015	Recurso em Sentido Estrito
TRF-4	5000082-91.2011.404.7119/RS	11/03/2015	Apelação
TRF-4	5001677-95.2010.404.7205/SC	11/02/2015	Apelação
TRF-4	5001140-23.2010.404.7101/RS	04/02/2015	Apelação
TRF-4	5003577-93.2013.404.7113/RS	20/01/2015	Apelação
TRF-4	5000998-60.2013.404.7215/SC	16/12/2014	Apelação

TRF-4	5005733-89.2010.404.7200/SC	12/11/2014	Apelação
TRF-4	5009303-83.2010.404.7200/SC	15/10/2014	Apelação
TRF-4	5002391-97.2011.404.7115/RS	01/10/2014	Apelação
TRF-4	5000311-60.2011.404.7213/SC	10/09/2014	Apelação
TRF-4	5012436-63.2014.404.0000/SC	22/07/2014	Habeas Corpus
TRF-4	0000574-90.2009.404.7200/SC	01/07/2014	Apelação
TRF-4	5000372-18.2011.404.7213/SC	03/06/2014	Apelação
TRF-4	5002103-76.2011.404.7204/SC	21/05/2014	Apelação
TRF-4	5002613-89.2011.404.7204/SC	20/05/2014	Apelação
TRF-4	0002054-37.2008.404.7201/SC	19/03/2014	Apelação
TRF-4	0009547-68.2008.404.7200/SC	11/02/2014	Apelação
TRF-4	0001605-42.2009.404.7008/PR	29/01/2014	Apelação
TRF-4	0002289-63.2006.404.7204/SC	14/01/2014	Apelação
TRF-4	5000969-20.2011.404.7202/SC	04/12/2013	Apelação
TRF-4	5002664-54.2012.404.7208/SC	30/10/2013	Apelação
TRF-4	0000957-06.2007.404.7211/SC	29/10/2013	Embargos de Declaração
TRF-4	5001940-48.2010.404.7005/PR	03/09/2013	Apelação
TRF-4	2005.72.04.001427-0/SC	20/08/2013	Apelação
TRF-4	0000957-06.2007.404.7211/SC	09/07/2013	Apelação
TRF-4	5007761-30.2010.404.7200/SC	18/06/2013	Apelação
TRF-4	5008672-42.2010.404.7200/SC	05/06/2013	Apelação
TRF-4	0000175-68.2008.404.7209/SC	07/05/2013	Apelação
TRF-4	5008078-28.2010.404.7200/SC	10/04/2013	Recurso em Sentido Estrito
TRF-4	5003933-23.2010.404.7201/SC	02/04/2013	Apelação
TRF-4	0014909-07.2006.404.7108/RS	05/02/2013	Apelação
TRF-4	0003065-26.2007.404.7205/SC	12/12/2012	Apelação
TRF-4	5000012-77.2011.404.7215/SC	12/12/2012	Apelação
TRF-4	0001058-69.2012.404.0000/SC	20/11/2012	Apelação
TRF-4	5001236-95.2011.404.7200/SC	13/11/2012	Recurso em Sentido Estrito
TRF-4	0013150-18.2009.404.7200/SC	26/09/2012	Recurso em Sentido Estrito
TRF-4	5010872-51.2012.404.7200/SC	03/10/2012	Recurso em Sentido Estrito
TRF-4	5001067-42.2010.404.7104/RS	26/09/2012	Apelação
TRF-4	0010064-78.2005.404.7200/SC	21/08/2012	Apelação
TRF-4	0010055-82.2006.404.7200/SC	29/05/2012	Apelação

TRF-4	0001210-44.2009.404.7204/SC	22/05/2012	Apelação
TRF-4	0000302-94.2008.404.7115/RS	22/05/2012	Apelação
TRF-4	0001653-82.2006.404.7209/SC	08/05/2012	Apelação
TRF-4	0000175-68.2008.404.7209/SC	08/05/2012	Apelação
TRF-4	0003280-85.2005.404.7200/SC	20/03/2012	Recurso em Sentido Estrito
TRF-4	0000759-31.2009.404.7200/SC	18/01/2012	Apelação
TRF-4	0006917-10.2006.404.7200/SC	05/10/2011	Apelação
TRF-4	0009547-68.2008.404.7200/SC	15/09/2011	Embargos Infringentes
TRF-4	2006.70.07.002331-5/PR	13/09/2011	Apelação
TRF-4	5016197-84.2010.404.7100/RS	13/09/2011	Apelação
TRF-4	2004.72.04.004537-7/SC	30/08/2011	Apelação
TRF-4	0011820-20.2008.404.7200/SC	03/08/2011	Recurso em Sentido Estrito
TRF-4	0005882-72.2007.404.7202/SC	29/06/2011	Apelação
TRF-4	0013157-10.2009.404.7200/SC	01/03/2011	Recurso em Sentido Estrito
TRF-4	2004.72.06.001836-7/SC	25/01/2011	Apelação
TRF-4	0003610-61.2005.404.7110/RS	12/01/2011	Apelação
TRF-4	0006260-14.2005.404.7100/RS	14/12/2010	Apelação
TRF-4	0000727-86.2010.404.7201/SC	17/11/2010	Recurso em Sentido Estrito
TRF-4	0022286-28.2007.404.7000/PR	20/10/2010	Apelação
TRF-4	2004.71.00.047396-9/RS	13/07/2010	Apelação
TRF-4	2004.71.00.030322-5/RS	29/09/2010	Apelação
TRF-4	2004.72.05.000245-4/SC	15/06/2010	Apelação
TRF-4	2005.72.02.002941-3/SC	01/06/2010	Apelação
TRF-4	2006.71.00.016821-5/RS	27/04/2010	Apelação
TRF-4	2004.70.04.004129-0/PR	09/02/2010	Recurso em Sentido Estrito
TRF-4	2009.04.00.027943-5/RS	17/08/2009	Habeas Corpus
TRF-4	2005.72.04.001664-3/SC	15/07/2009	Apelação
TRF-4	2009.04.00.004852-8/SC	18/03/2009	Mandado de Segurança
TRF-5	200883080006000	27/02/2018	Apelação
TRF-5	0002319-54.2015.4.05.8100/PE	30/01/2018	Apelação
TRF-5	0807970-80.2016.4.05.0000/PB	03/02/2017	Mandado de Segurança
TRF-5	0009033-03.2005.4.05.8200/PB	03/03/2016	Apelação
TRF-5	0000419-98.2013.4.05.8403/RN	19/11/2015	Apelação

TRF-5	0003091-08.2010.4.05.8202/PB	26/08/2014	Apelação
TRF-5	0001032-55.2007.4.05.8201/PB	11/07/2013	Apelação
TRF-5	0000476-98.2012.4.05.8000/AL	11/12/2012	Recurso em Sentido Estrito
TRF-5	0009033-03.2005.4.05.8200/PB	22/11/2012	Apelação
TRF-5	0006374-07.2010.4.05.0000/AL	15/07/2010	Habeas Corpus
TJAC	0010814-40.2018.8.01.0001	14/12/2018	Recurso em Sentido Estrito
TJAC	0000560-03.2012.8.01.0006	13/09/2018	Apelação
TJAC	0015526-88.2009.8.01.0001	07/12/2017	Apelação
TJAC	0500136-57.2010.8.01.0010	15/12/2016	Apelação
TJAC	0000005-86.2003.8.01.0010	27/05/2010	Apelação
TJAL	Não consta	ND	ND
TJAM	0232364-07.2010.8.04.0001	23/04/2018	Apelação
TJAM	0255681-97.2011.8.04.0001	13/08/2018	Apelação
TJAM	0253847-30.2009.8.04.0001	28/05/2017	Recurso em Sentido Estrito
TJAM	0218539-93.2010.8.04.0001	28/05/2017	Recurso em Sentido Estrito
TJAM	0202867-45.2010.8.04.0001	30/07/2017	Apelação
TJAM	0710332-77.2012.8.04.0001	12/07/2016	Apelação
TJAM	0239561-13.2010.8.04.0001	15/08/2016	Apelação
TJAM	0070741-41.2004.8.04.0001	21/05/2017	Apelação
TJAM	0226546-40.2011.8.04.0001	21/10/2016	Apelação
TJAM	0233087-60.2009.8.04.0001	18/12/2015	Apelação
TJAM	0204064-98.2011.8.04.0001	10/12/2015	Recurso em Sentido Estrito
TJAM	0000833-11.2015.8.04.0000	10/03/2015	Recurso em Sentido Estrito
TJAM	0238466-11.2011.8.04.0001	28/08/2013	Recurso em Sentido Estrito
TJAM	0007087-39.2011.8.04.0000	14/05/2012	Habeas Corpus
TJAP	0006854-27.2015.8.03.0001	21/11/2018	Apelação
TJAP	0000401-54.2013.8.03.0011	26/10/2016	Apelação
TJBA	0001156-86.2014.8.05.0076	10/02/2017	Apelação
TJBA	0017175-07.2014.8.05.0000	14/10/2015	Embargos de Declaração
TJCE	0620856-69.2015.8.06.0000	11/08/2015	Mandado de Segurança
TJDF	0027197-33.2015.8.07.0001	22/09/2016	Apelação
TJDF	0027192-11.2015.8.07.0001	22/09/2016	Apelação
TJDF	0002334-26.2009.8.07.0000	14/05/2009	Habeas Corpus
TJDF	0019761-31.2012.8.07.0000	19/11/2012	Mandado de Segurança

TJDF	20.060.310.259.068	24/09/2009	Apelação
TJES	0009077-16.2014.8.08.0011	18/07/2018	Apelação
TJES	0000784-91.2014.8.08.0032	04/04/2018	Apelação
TJES	0026725-37.2017.8.08.0000	31/01/2018	Mandado de Segurança
TJES	0057035-09.2012.8.08.0030	13/12/2017	Recurso em Sentido Estrito
TJES	0001531-35.2017.8.08.0000	05/07/2017	Mandado de Segurança
TJES	0013835-15.2013.8.08.0030	15/06/2016	Recurso em Sentido Estrito
TJES	0014240-81.2008.8.08.0012	25/11/2015	Apelação
TJES	0056999-64.2012.8.08.0030	11/11/2015	Recurso em Sentido Estrito
TJES	0020372-49.2015.8.08.0000	04/11/2015	Mandado de Segurança
TJES	0057030-84.2012.8.08.0030	21/10/2015	Recurso em Sentido Estrito
TJES	0015037-55.2012.8.08.0032	01/10/2014	Apelação
TJES	0000673-80.2013.8.08.0020	02/04/2014	Recurso em Sentido Estrito
TJES	0017247-36.2012.8.08.0014	30/10/2013	Recurso em Sentido Estrito
TJES	0017339-48.2008.8.08.0048	16/10/2013	Apelação
TJES	0001842-71.2006.8.08.0045	09/10/2013	Apelação
TJES	0008386-47.2011.8.08.0030	27/03/2013	Recurso em Sentido Estrito
TJES	0000237-84.2013.8.08.0000	29/03/2013	Mandado de Segurança
TJES	0000376-25.2008.8.08.0028	28/11/2012	Recurso em Sentido Estrito
TJES	0000810-41.2010.8.08.0061	29/08/2012	Apelação
TJES	0000323-19.2011.8.08.0067	25/01/2012	Apelação
TJES	0004407-46.2002.8.08.0013	17/08/2011	Apelação
TJES	00019015-1.2007.8.08.0004	24/03/2011	Recurso em Sentido Estrito
TJES	0000227-29.2007.8.08.0007	19/01/2011	Apelação
TJES	0000368-70.2001.8.08.0003	19/05/2010	Apelação
TJES	0000955-95.2003.8.08.0044	14/05/2010	Apelação
TJGO	377276-17.2013.8.09.0175	12/06/2018	Apelação
TJGO	098671-75.2012.8.09.0175	07/08/2018	Apelação
TJGO	173036-32.2014.8.09.0175	23/08/2018	Apelação
TJGO	394586-71.2016.8.09.0000	02/08/2017	Mandado de Segurança
TJGO	148434-39.2011.8.09.0059	12/02/2015	Apelação
TJGO	141946-85.2010.8.09.0000	20/05/2010	Habeas Corpus
TJGO	35.220-3/213(200900000990)	01/10/2009	Apelação

TJGO	35.317-6/217 (200902245117)	30/06/2009	Habeas Corpus
TJGO	88817-68 (201090888171)	11/05/2010	Habeas Corpus
TJMA	0002682-71.2008.8.10.0040	04/04/2013	Apelação
TJMA	0007273-70.2006.8.10.0000	17/11/2009	Apelação
TJMG	1629557-32.2015.8.13.0024	18/12/2018	Apelação
TJMG	0428663-33.2010.8.13.0024	05/06/2017	Apelação
TJMG	0328544-89.2010.8.13.0145	19/06/2017	Apelação
TJMG	2569508-82.2007.8.13.0672	17/05/2017	Apelação
TJMG	4055429-53.2009.8.13.0672	04/04/2017	Apelação
TJMG	0305720-78.2014.8.13.0313	21/03/2017	Recurso em Sentido Estrito
TJMG	0199857-34.2016.8.13.0000	26/04/2016	Habeas Corpus
TJMG	0010584-56.2010.8.13.0223	19/05/2015	Apelação
TJMG	2377286-18.2012.8.13.0024	21/03/2017	Apelação
TJMG	0726381-79.2014.8.13.0000	06/11/2014	Habeas Corpus
TJMG	0101025-48.2003.8.13.0411	15/07/2014	Apelação
TJMG	0042489-43.2012.8.13.0471	03/07/2014	Recurso em Sentido Estrito
TJMG	0038309-52.2010.8.13.0471	16/04/2013	Apelação
TJMG	0837105-41.2007.8.13.0342	09/08/2012	Apelação
TJMG	1093642-81.2003.8.13.0223	28/03/2012	Apelação
TJMG	1591746-58.2003.8.13.0024	26/04/2011	Apelação
TJMG	0829633-23.2006.8.13.0342	22/02/2011	Apelação
TJMG	0083005-34.2010.8.13.0000	04/11/2010	Mandado de Segurança
TJMG	5048005-19.2009.8.13.0000	14/04/2010	Habeas Corpus
TJMG	0047489-77.2003.8.13.0620	10/03/2010	Apelação
TJMG	0223858-29.2003.8.13.0521	25/08/2009	Apelação
TJMG	2020258-63.2006.8.13.0223	30/06/2009	Apelação
TJMS	0062580-44.2009.8.12.0001	22/05/2018	Apelação
TJMS	1411061-67.2017.8.12.0000	26/10/2017	Habeas Corpus
TJMS	0047460-58.2009.8.12.0001	21/03/2017	Embargos de Declaração
TJMS	0047608-30.2013.8.12.0001	31/01/2017	Embargos de Declaração
TJMS	1410064-21.2016.8.12.0000	27/09/2016	Habeas Corpus
TJMS	0039555-60.2013.8.12.0001	05/09/2016	Apelação
TJMS	0018963-92.2013.8.12.0001	02/08/2016	Apelação
TJMS	0018933-57.2013.8.12.0001	09/05/2016	Apelação

TJMS	1401498-83.2016.8.12.0000	17/03/2016	Habeas Corpus
TJMS	1407678-52.2015.8.12.0000	18/08/2015	Habeas Corpus
TJMS	1407697-58.2015.8.12.0000	18/08/2015	Habeas Corpus
TJMS	1405891-85.2015.8.12.0000	29/06/2015	Habeas Corpus
TJMS	1414571-93.2014.8.12.0000	29/01/2015	Habeas Corpus
TJMS	1410615-69.2014.8.12.0000	15/09/2014	Habeas Corpus
TJMS	0200216-15.2010.8.12.0002	08/08/2014	Apelação
TJMS	4009003-47.2013.8.12.0000	23/09/2013	Habeas Corpus
TJMS	0000085-76.2010.8.12.0017	09/07/2012	Recurso em Sentido Estrito
TJMS	0500462-28.2007.8.12.0006	08/06/2010	Apelação
TJMT	0000057-70.2016.8.11.0003	04/04/2017	Apelação
TJMT	0013238-50.2016.8.11.0000	04/05/2016	Habeas Corpus
TJMT	0000264-36.2010.8.11.0082	09/03/2016	Apelação
TJMT	0000548-44.2010.8.11.0082	06/05/2015	Apelação
TJMT	0045693-39.2014.8.11.0000	27/05/2014	Habeas Corpus
TJMT	0005467-51.2012.8.11.0003	19/06/2013	Recurso em Sentido Estrito
TJMT	0001148-39.2009.8.11.0102	01/02/2012	Recurso em Sentido Estrito
TJMT	0061426-84.2010.8.11.0000	21/09/2011	Apelação
TJMT	0046792-49.2011.8.11.0000	10/08/2011	Habeas Corpus
TJPA	0002221-16.2012.8.14.0051	07/08/2018	Apelação
TJPA	0014178-43.2014.8.14.0051	10/07/2018	Apelação
TJPA	0000621-03.2017.8.14.9001	24/01/2018	Apelação
TJPA	0004231-16.2017.8.14.0000	02/10/2017	Mandado de Segurança
TJPA	0002123-11.2016.8.14.9001	23/08/2017	Apelação
TJPA	0013059-35.2016.8.14.0000	07/08/2017	Mandado de Segurança
TJPA	0001323-49.2007.8.14.0028	25/07/2017	Recurso em Sentido Estrito
TJPA	0014661-78.2011.8.14.0051	09/02/2017	Apelação
TJPA	0091747-45.2015.8.14.0000	31/10/2016	Mandado de Segurança
TJPA	0004588-42.2014.8.14.0051	18/10/2016	Apelação
TJPA	0000063-65.2016.8.14.9001	28/09/2016	Apelação
TJPA	0008081-15.2016.8.14.0000	05/09/2016	Habeas Corpus
TJPA	0004124-27.2007.8.14.0401	11/08/2016	Apelação
TJPA	0084724-48.2015.8.14.0000	03/08/2016	Agravo de Execução Penal

TJPA	0003330-82.2016.8.14.0000	02/05/2016	Habeas Corpus
TJPA	0015027-84.2014.8.14.0028	14/04/2016	Recurso em Sentido Estrito
TJPA	0100072-69.2015.8.14.9001	06/04/2016	Apelação
TJPA	0079046-15.2015.8.14.9001	06/04/2016	Apelação
TJPA	0002101-87.2016.8.14.0000	04/04/2016	Habeas Corpus
TJPA	0091778-65.2015.8.14.0000	11/01/2016	Mandado de Segurança
TJPA	0003138-86.2015.8.14.0000	14/09/2015	Mandado de Segurança
TJPA	0012715-88.2015.8.14.0000	14/09/2015	Habeas Corpus
TJPA	0005039-60.2006.8.14.0040	24/08/2015	Mandado de Segurança
TJPA	0001005-34.2015.8.14.9001	05/08/2015	Apelação
TJPA	0000500-08.2013.8.14.9003	04/03/2015	Apelação
TJPA	0019801-13.2015.8.14.0000	20/07/2015	Habeas Corpus
TJPA	0000041-41.2015.8.14.9001	24/06/2015	Apelação
TJPA	0001055-97.2015.8.14.0000	11/05/2015	Mandado de Segurança
TJPA	0003138-86.2015.8.14.0000	17/04/2015	Mandado de Segurança
TJPA	0000043-11.2015.8.14.9001	08/04/2015	Apelação
TJPA	0000067-61.2014.8.14.9005	11/03/2015	Apelação
TJPA	0000096-17.2014.8.14.9004	17/12/2014	Habeas Corpus
TJPA	0000836-12.2013.8.14.9003	26/11/2014	Apelação
TJPA	0000081-45.2014.8.14.9005	29/10/2014	Habeas Corpus
TJPA	0000866-13.2014.8.14.9003	29/10/2014	Apelação
TJPA	0001389-25.2014.8.14.9003	29/10/2014	Apelação
TJPA	0001647-88.2013.8.14.0008	24/11/2014	Mandado de Segurança
TJPA	0000615-92.2014.8.14.9003	24/09/2014	Apelação
TJPA	0000071-04.2014.8.14.9004	16/09/2014	Recurso Inominado
TJPA	0000013-95.2014.8.14.9005	16/09/2014	Apelação
TJPA	0000012-13.2014.8.14.9005	19/08/2014	Apelação
TJPA	0000596-57.2012.8.14.9003	12/08/2014	Apelação
TJPA	0000827-50.2013.8.14.9003	16/07/2014	Apelação
TJPA	0000707-07.2013.8.14.9003	16/07/2014	Apelação
TJPA	0001066-26.2009.8.14.0069	07/03/2014	Embargos de Declaração
TJPA	0000877-76.2013.8.14.9003	09/07/2014	Apelação
TJPA	0000127-40.2014.8.14.9003	09/07/2014	Apelação
TJPA	0000228-14.2013.8.14.9003	25/06/2014	Apelação

TJPA	0000947-93.2013.8.14.9003	25/06/2014	Apelação
TJPA	0000140-39.2014.8.14.9003	25/06/2014	Apelação
TJPA	0000940-04.2013.8.14.9003	28/05/2014	Recurso Inominado
TJPA	0000825-80.2013.8.14.9003	28/05/2014	Apelação
TJPA	0000661-18.2013.8.14.9003	28/05/2014	Apelação
TJPA	0000141-24.2014.8.14.9003	14/05/2014	Recurso Inominado
TJPA	0013724-67.2010.8.14.0051	29/04/2014	Apelação
TJPA	0001066-26.2009.8.14.0069	07/03/2014	Apelação
TJPA	0000074-96.2013.8.14.9002	18/09/2013	Apelação
TJPA	0000468-03.2013.8.14.9003	22/01/2014	Apelação
TJPA	0009585-25.2011.8.14.0051	04/11/2013	Habeas Corpus
TJPA	0001064-84.2009.8.14.0069	15/10/2013	Apelação
TJPA	0002470-03.2010.8.14.0028	23/04/2013	Recurso em Sentido Estrito
TJPA	0000645-86.2009.8.14.0028	29/01/2013	Recurso em Sentido Estrito
TJPA	0006522-92.2009.8.14.0028	13/11/2012	Recurso em Sentido Estrito
TJPA	0001409-84.2008.8.14.0069	19/06/2012	Apelação
TJPA	0000032-11.2007.8.14.0701	11/06/2012	Foro por prerrogativa de função
TJPA	0000702-50.2007.8.14.0028	05/06/2012	Recurso em Sentido Estrito
TJPA	0014349-42.2008.8.14.0401	21/05/2012	Habeas Corpus
TJPA	0001405-07.2008.8.14.0069	10/04/2012	Apelação
TJPA	0000677-83.2011.8.14.0000	28/11/2011	Mandado de Segurança
TJPA	0000540-17.2009.8.14.0040	09/05/2011	Mandado de Segurança
TJPA	0003087-76.2007.8.14.0008	05/05/2011	Recurso em Sentido Estrito
TJPA	0001701-79.2005.8.14.0006	12/02/2010	Mandado de Segurança
TJPA	0002470-03.2010.8.14.0028	23/04/2013	Recurso em Sentido Estrito
TJPA	0006522-92.2009.8.14.0028	13/11/2012	Recurso em Sentido Estrito
TJPA	0001409-84.2008.8.14.0069	19/06/2012	Apelação
TJPA	0000032-11.2007.8.14.0701	11/06/2012	Foro por prerrogativa de função
TJPA	0000702-50.2007.8.14.0028	05/06/2012	Recurso em Sentido Estrito
TJPA	0001405-07.2008.8.14.0069	10/04/2012	Apelação
TJPA	0000677-83.2011.8.14.0000	28/11/2011	Mandado de Segurança
TJPA	0000645-86.2009.8.14.0028	29/01/2013	Recurso em Sentido Estrito
TJPA	0000540-17.2009.8.14.0040	09/05/2011	Mandado de Segurança

TJPA	0003088-71.2007.8.14.0008	23/06/2009	Recurso em Sentido Estrito
TJPA	0001701-79.2005.8.14.0006	30/01/2009	Mandado de Segurança
TJPA	0003703-68.2010.8.14.0006	02/12/2014	Apelação
TJPA	0009382-60.2017.8.14.0000	07/05/2017	Mandado de Segurança
TJPB	Não consta	ND	ND
TJPE	Não consta	ND	ND
TJPI	0008077-35.2014.8.18.0000	25/05/2015	Recurso em Sentido Estrito
TJPR	0026288-68.2014.8.16.0035	12/04/2018	Apelação
TJPR	0003047-34.2017.8.16.9000	15/03/2018	Habeas Corpus
TJPR	1.550.298-6	06/04/2017	Apelação
TJPR	1543848-5	02/03/2017	Apelação
TJPR	0000516-93.2008.8.16.0074	17/11/2016	Apelação
TJPR	1526482-3	03/11/2016	Apelação
TJPR	1.540.762-8	06/10/2016	Habeas Corpus
TJPR	1.522.195-9	21/07/2016	Recurso em Sentido Estrito
TJPR	1.504.788-6	21/07/2016	Apelação
TJPR	0000035-37.2012.8.16.0092	31/03/2016	Apelação
TJPR	0000397-50.2013.8.16.0174	03/03/2016	Apelação
TJPR	1.385.420-3	25/02/2016	Apelação
TJPR	0017477-65.2013.8.16.0129	09/11/2015	Apelação
TJPR	0017479-35.2013.8.16.0129	01/10/2015	Apelação
TJPR	0001312-17.2001.8.16.0014	24/09/2015	Habeas Corpus
TJPR	1347142-0	09/04/2015	Habeas Corpus
TJPR	000044494-40.2010.8.16.0064	22/07/2014	Apelação
TJPR	0000401-97.2007.8.16.0077	03/07/2014	Apelação
TJPR	996552-8	16/05/2013	Apelação
TJPR	2011.0004831-9/00	19/01/2012	Apelação
TJPR	2010.0002798-3/0	30/04/2010	Mandado de Segurança
TJPR	2009.6592-3	14/08/2009	Apelação
TJPR	594.101-5	01/07/2009	Mandado de Segurança
TJRJ	0159476-81.2014.8.19.0001	12/12/2018	Apelação
TJRJ	0006001-15.2016.8.19.0073	04/07/2017	Apelação
TJRJ	0016310-23.2016.8.19.0000	12/12/2017	Mandado de Segurança
TJRJ	0000918-08.2006.8.19.0028	15/03/2011	Recurso em Sentido Estrito

TJRJ	0064180-47.2005.8.19.0001	18/05/2010	Recurso em Sentido Estrito
TJRJ	0027595-93.2005.8.19.0001	02/09/2009	Apelação
TJRJ	0093253-59.2008.8.19.0001	10/11/2009	Recurso em Sentido Estrito
TJRN	0008767-10.2014.8.20.0000	26/09/2014	Habeas Corpus
TJRN	0022201-59.1933.8.20.0112	09/01/2013	Apelação
TJRN	0003608-54.2004.8.20.0124	04/10/2011	Apelação
TJRO	0001198-70.2016.822.0601	19/07/2018	Apelação
TJRO	0006157-26.2012.8.22.0601	28/06/2017	Apelação
TJRO	0001279-57.2013.822.0008	20/06/2017	Apelação
TJRO	0001279-57.2013.8.22.0008	14/06/2017	Apelação
TJRO	0003166-72.2015.822.0601	14/12/2016	Apelação
TJRO	0004044-69.2011.8.22.0008	03/11/2016	Apelação
TJRO	0011440-59.2014.8.22.0601	02/06/2016	Apelação
TJRO	0011440-59.2014.8.22.0601	02/06/2016	Apelação
TJRO	0003177-09.2012.8.22.0601	20/04/2016	Apelação
TJRO	1000058-11.2011.8.22.0002	30/03/2016	Apelação
TJRO	0010978-05.2014.8.22.0601	16/03/2016	Apelação
TJRO	0000317-97.2014.8.22.0008	16/03/2016	Apelação
TJRO	0010978-05.2014.8.22.0601	16/03/2016	Apelação
TJRO	0004172-89.2011.8.22.0008	02/03/2016	Apelação
TJRO	1000043-63.2012.8.22.0016	03/02/2016	Apelação
TJRO	1003661-56.2011.8.22.0014	28/01/2016	Apelação
TJRO	0001631-83.2011.8.22.0008	17/12/2015	Apelação
TJRO	0002370-56.2011.822.0008	10/12/2015	Apelação
TJRO	0001635-23.2011.8.22.0008	18/11/2015	Apelação
TJRO	0003327-18.2011.822.0021	11/11/2015	Apelação
TJRO	0001706-89.2011.822.0601	19/08/2015	Apelação
TJRO	0001939-07.2015.8.22.0000	05/08/2015	Apelação
TJRO	0008252-63.2011.8.22.0601	23/07/2015	Apelação
TJRO	0007910-40.2010.8.22.0002	17/04/2015	Embargos Infringentes
TJRO	0005904-26.2011.8.22.0002	21/01/2015	Apelação
TJRO	0003859-94.2012.8.22.0008	16/12/2014	Apelação
TJRO	0002308-75.2014.8.22.0601	16/12/2014	Apelação

TJRO	0007910-40.2010.8.22.0002	12/11/2014	Apelação
TJRO	0002213-83.2011.8.22.0008	19/05/2014	Apelação
TJRO	0002439-30.2012.8.22.0501	21/06/2013	Apelação
TJRO	0001380-32.2011.8.22.0601	29/06/2012	Apelação
TJRO	0015677-70.2008.8.22.0012	05/12/2011	Apelação
TJRO	0058971-08.2008.8.22.0002	19/08/2011	Apelação
TJRO	1001158-28.2003.8.22.0019	15/04/2010	Apelação
TJRO	100.014.2005.008786-3	03/08/2009	Apelação
TJRO	100.002.2006.011748-4	13/04/2009	Apelação
TJRO	100.002.2007.005380-2	23/03/2009	Apelação
TJRR	0010.08.186590-8	14/07/2015	Apelação
TJRS	0374201-89.2014.8.21.7000	10/05/2018	Apelação
TJRS	0272273-90.2017.8.21.7000	07/06/2018	Apelação
TJRS	0378352-93.2017.8.21.7000	08/03/2018	Mandado de Segurança
TJRS	0313362-93.2017.8.21.7000	09/11/2017	Habeas Corpus
TJRS	0173966-04.2017.8.21.7000	10/08/2017	Apelação
TJRS	0306744-69.2016.8.21.7000	07/11/2016	Recurso em Sentido Estrito
TJRS	0403949-35.2015.8.21.7000	26/11/2015	Habeas Corpus
TJRS	0203931-95.2015.8.21.7000	26/11/2015	Apelação
TJRS	0303319-05.2014.8.21.7000	18/12/2014	Apelação
TJRS	0232643-32.2014.8.21.7000	04/12/2014	Apelação
TJRS	0023974-85.2014.8.21.9000	11/08/2014	Habeas Corpus
TJRS	0469561-85.2013.8.21.7000	29/05/2014	Apelação
TJRS	0395470-24.2013.8.21.7000	17/10/2013	Habeas Corpus
TJRS	0374193-49.2013.8.21.7000	17/10/2013	Apelação
TJRS	0192443-17.2013.8.21.7000	18/07/2013	Apelação
TJRS	0222265-51.2013.8.21.7000	18/07/2013	Apelação
TJRS	70050662527	06/12/2012	Apelação
TJRS	70046896148	29/11/2012	Apelação
TJRS	71003437597	26/03/2012	Recurso em Sentido Estrito
TJRS	70047045877	15/03/2012	Mandado de Segurança
TJRS	71003317823	31/10/2011	Mandado de Segurança
TJRS	71002827251	22/11/2010	Recurso em Sentido Estrito
TJRS	71002697266	16/09/2010	Recurso em Sentido Estrito

TJRS	71002561587	31/05/2010	Mandado de Segurança
TJRS	71002552503	31/05/2010	Recurso em Sentido Estrito
TJRS	70034087858	25/03/2010	Apelação
TJRS	70026956300	25/06/2009	Recurso em Sentido Estrito
TJRS	70028800977	16/04/2009	Mandado de Segurança
TJSC	0001117-63.2013.8.24.0119	28/06/2018	Apelação
TJSC	0001922-03.2014.8.24.0015	11/10/2016	Apelação
TJSC	0008071-66.2010.8.24.0011	19/04/2016	Apelação
TJSC	2015.032199-3	10/12/2015	Apelação
TJSC	2014.058640-0	11/08/2015	Apelação
TJSC	2013.064131-8	26/06/2014	Apelação
TJSC	2014.017053-7	15/07/2014	Apelação
TJSC	2013.003000-3	29/10/2013	Apelação
TJSC	2013.054360-3	17/10/2013	Apelação
TJSC	2011.062789-3	27/09/2013	Apelação
TJSC	2013.018748-1	10/06/2013	Apelação
TJSC	2011.076975-1	21/03/2013	Recurso em Sentido Estrito
TJSC	2009.071074-4	07/07/2011	Apelação
TJSC	2011.020155-8	07/06/2011	Recurso em Sentido Estrito
TJSC	2009.066332-8	23/11/2010	Apelação
TJSC	2009.066554-2	23/11/2010	Recurso em Sentido Estrito
TJSC	2010.038627-9	14/09/2010	Apelação
TJSC	2008.075239-2	15/12/2009	Apelação
TJSC	2008.026095-4	15/12/2009	Apelação
TJSC	2009.068122-3	09/12/2009	Recurso em Sentido Estrito
TJSC	2009.041239-8	25/08/2009	Recurso em Sentido Estrito
TJSE	Não consta	ND	ND
TJSP	0247582-03.2009.8.26.0000	15/12/2009	Habeas Corpus
TJSP	0011816-47.2003.8.26.0495	11/08/2009	Recurso em Sentido Estrito
TJSP	0006054-62.1999.8.26.0116	28/01/2010	Recurso em Sentido Estrito
TJSP	0003051-64.2001.8.26.0493	26/11/2010	Apelação
TJSP	0008276-61.2004.8.26.0428	11/02/2010	Apelação
TJSP	0003027-15.2005.8.26.0584	16/09/2010	Apelação

TJSP	0329196-30.2009.8.26.0000	25/03/2010	Habeas Corpus
TJSP	0020257-03.2010.8.26.0000	24/06/2010	Mandado de Segurança
TJSP	0373981-43.2010.8.26.0000	04/11/2010	Mandado de Segurança
TJSP	0344283-89.2010.8.26.0000	21/10/2010	Habeas Corpus
TJSP	9161680-02.2004.8.26.0000	17/05/2010	Apelação
TJSP	0004218-66.2003.8.26.0584	19/12/2011	Apelação
TJSP	0094131-84.2011.8.26.0000	01/12/2011	Mandado de Segurança
TJSP	0004939-34.2002.8.26.0396	20/01/2011	Apelação
TJSP	0016710-91.2000.8.26.0068	20/01/2011	Recurso em Sentido Estrito
TJSP	0003220-09.2003.8.26.0549	15/04/2011	Apelação
TJSP	0011224-09.2007.8.26.0189	08/11/2012	Apelação
TJSP	0004358-37.2002.8.26.0584	20/09/2012	Apelação
TJSP	0309119-29.2011.8.26.0000	13/09/2012	Embargos de Declaração
TJSP	0114760-45.2012.8.26.0000	18/09/2012	Habeas Corpus
TJSP	0001983-49.2006.8.26.0511	31/07/2012	Apelação
TJSP	0262868-50.2011.8.26.0000	10/04/2012	Habeas Corpus
TJSP	0255024-49.2011.8.26.0000	27/02/2012	Mandado de Segurança
TJSP	9127730-26.2009.8.26.0000	02/02/2012	Apelação
TJSP	0003264-09.2005.8.26.0274	21/08/2012	Embargos de Declaração
TJSP	0010019-37.2007.8.26.0223	28/06/2012	Apelação
TJSP	0012196-34.2002.8.26.0292	31/07/2013	Apelação
TJSP	0066067-93.2013.8.26.0000	25/06/2013	Mandado de Segurança
TJSP	0011118-71.2009.8.26.0223	15/04/2013	Apelação
TJSP	0001246-16.2008.8.26.0369	14/03/2013	Apelação
TJSP	0252688-38.2012.8.26.0000	19/02/2013	Mandado de Segurança
TJSP	0181555-33.2012.8.26.0000	06/02/2013	Mandado de Segurança
TJSP	0005092-95.2008.8.26.0157	18/12/2014	Apelação
TJSP	2079851-69.2014.8.26.0000	04/11/2014	Embargos de Declaração
TJSP	2051841-15.2014.8.26.0000	06/10/2014	Mandado de Segurança
TJSP	2034539-70.2014.8.26.0000	14/05/2014	Habeas Corpus
TJSP	0004457-82.2004.8.26.0116	01/04/2014	Apelação
TJSP	0002872-95.2003.8.26.0094	26/02/2014	Apelação
TJSP	0002285-43.2011.8.26.0369	19/02/2014	Apelação
TJSP	0003215-23.2008.8.26.0157	11/11/2015	Apelação

TJSP	0001824-24.2012.8.26.0438	05/11/2015	Apelação
TJSP	0015626-21.2011.8.26.0278	11/06/2015	Apelação
TJSP	9000004-25.2008.8.26.0220	01/06/2015	Apelação
TJSP	0007364-98.2003.8.26.0428	12/05/2015	Apelação
TJSP	0000121-29.2008.8.26.0493	20/02/2015	Apelação
TJSP	0004993-22.2013.8.26.0361	29/11/2016	Recurso em Sentido Estrito
TJSP	0003993-50.2014.8.26.0361	20/10/2016	Recurso em Sentido Estrito
TJSP	0000241-43.2011.8.26.0210	22/09/2016	Apelação
TJSP	0000485-21.2011.8.26.0614	15/09/2016	Embargos de Declaração
TJSP	0013848-32.2008.8.26.0533	12/07/2016	Apelação
TJSP	0001958-83.2011.8.26.0180	28/06/2016	Apelação
TJSP	0000485-21.2011.8.26.0614	23/06/2016	Apelação
TJSP	0005693-23.2012.8.26.0655	23/06/2016	Apelação
TJSP	9000019-48.2009.8.26.0223	20/06/2016	Recurso em Sentido Estrito
TJSP	0001494-52.2013.8.26.0483	02/06/2016	Apelação
TJSP	0008864-83.2013.8.26.0127	12/05/2016	Recurso em Sentido Estrito
TJSP	3007858-07.2013.8.26.0477	12/05/2016	Recurso em Sentido Estrito
TJSP	0005044-69.2010.8.26.0189	28/04/2016	Apelação
TJSP	2244848-35.2015.8.26.0000	01/03/2016	Mandado de Segurança
TJSP	0006420-59.2008.8.26.0125	23/02/2016	Apelação
TJSP	0003415-28.2012.8.26.0177	14/12/2017	Apelação
TJSP	0014370-68.2009.8.26.0066	23/10/2017	Apelação
TJSP	0006343-90.2013.8.26.0152	05/10/2017	Apelação
TJSP	0000288-73.2011.8.26.0062	05/09/2017	Apelação
TJSP	0003362-41.2013.8.26.0297	31/08/2017	Apelação
TJSP	0010466-75.2014.8.26.0224	27/07/2017	Recurso em Sentido Estrito
TJSP	2042461-60.2017.8.26.0000	24/05/2017	Mandado de Segurança
TJSP	2217596-23.2016.8.26.0000	13/02/2017	Mandado de Segurança
TJSP	0005800-64.2008.8.26.0281	16/10/2018	Recurso em Sentido Estrito
TJSP	3000711-67.2013.8.26.0302	21/09/2018	Apelação
TJSP	2060613-25.2018.8.26.0000	05/09/2018	Mandado de Segurança
TJTO	0004672-05.2015.827.0000	28/08/2015	Mandado de Segurança
TJTO	0011689-24.2017.827.0000	16/03/2018	Apelação

TJTO	0011271-86.2017.827.0000	09/06/2017	Embargos Infringentes
TJTO	0010423-07.2014.827.0000	02/09/2014	Habeas Corpus
TJTO	0020940-03.2016.827.0000	26/04/2017	Apelação
STJ	2017/0321747-0 - ES	25/09/2018	RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA
STJ	2017/0313343-9 - SP	11/09/2018	AgRg no RECURSO ESPECIAL
STJ	2017/0330616-7 - PA	19/06/2018	AgRg no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA
STJ	2017/0066887-8 - RS	10/04/2018	AgRg nos EDcl nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL
STJ	2013/0206043-0 - RS	20/03/2018	RECURSO EM HABEAS CORPUS
STJ	2015/0175938-0 - PA	20/02/2018	AgRg no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA
STJ	2016/0100235-0 - ES	12/09/2017	AgRg nos EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA
STJ	2016/0079028-3 - SP	23/05/2017	AgRg no RECURSO ESPECIAL
STJ	2015/0310827-6 - SC	16/05/2017	RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA
STJ	2016/0138673-0 - SC	06/09/2016	AgRg no RECURSO ESPECIAL
STJ	2014/0062094-8 - RS	14/06/2016	AgRg no RECURSO ESPECIAL
STJ	2015/0087565-0 - PA	05/11/2015	AgRg no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA
STJ	2015/0117590-5 - SP	27/10/2015	AgRg no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA

STJ	2012/0126025-5 - MT	08/09/2015	RECURSO ESPECIAL
STJ	2013/0324936-1 - SP	01/09/2015	AgRg nos EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA
STJ	2015/0108616-8 - PA	20/08/2015	RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA
STJ	2012/0203137-9 - BA	06/08/2015	RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA
STJ	2014/0231292-5 - SP	14/10/2014	RECURSO EM HABEAS CORPUS
STJ	2010/0142055-4 - RS	10/09/2013	HABEAS CORPUS
STJ	2010/0219705-4 - AM	20/08/2013	EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL
STJ	2012/0049242-7 - SP	02/05/2013	RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA
STJ	2008/0156431-0 - SC	01/12/2011	RECURSO EM HABEAS CORPUS
STJ	2008/0182967-4 - SP	04/09/2012	RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA
STJ	2006/0230607-6 - PR	20/10/2011	EDcl no RECURSO ESPECIAL
STJ	2009/0180525-3 - RS	16/12/2010	HABEAS CORPUS
STJ	2006/0224608-0 - PR	07/12/2010	AgRg no RECURSO ESPECIAL
STJ	2008/0152419-3 - RS	09/02/2010	RECURSO EM HABEAS CORPUS
STJ	2005/0197009-0 - SC	04/02/2010	RECURSO ESPECIAL
STJ	2007/0231035-7 - SC	18/08/2009	RECURSO ESPECIAL
STJ	2007/0159974-8 - RJ	06/08/2009	RECURSO ESPECIAL

STF	548.181 - PR	06/08/2013	RECURSO EXTRAORDINÁRIO
STF	473.045 - SC	10/10/2013	RECURSO EXTRAORDINÁRIO

APÊNDICE B

Artigo da Lei 9.605/98 -Tribunal – Tipo de Recurso	Contagem de Tipo de Recurso
34	10
TJMT	2
Apelação	2
TJPA	1
Habeas Corpus	1
TRF-1	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TRF-4	6
Apelação	5
Recurso em Sentido Estrito	1
38	33
STJ	4
AgRg no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA	1
EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL	1
RECURSO EM HABEAS CORPUS	1
RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA	1
TJAC	1
Apelação	1
TJAM	2
Apelação	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TJCE	1
Mandado de Segurança	1
TJMG	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TJMS	2
Habeas Corpus	2
TJPR	3
Apelação	3
TJRS	1
Apelação	1

TJSC	2
Apelação	2
TJSP	9
Apelação	6
Mandado de Segurança	3
TJTO	1
Embargos Infringentes	1
TRF-1	1
Apelação	1
TRF-4	5
Apelação	5
39	7
TJGO	1
Apelação	1
TJMG	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TJSC	1
Apelação	1
TJSP	2
Apelação	1
Embargos de Declaração	1
TRF-4	2
Apelação	2
40	21
TJDF	2
Apelação	2
TJPA	2
Mandado de Segurança	2
TJRO	1
Apelação	1
TJSP	3
Apelação	2
Recurso em Sentido Estrito	1
TRF-1	5
Apelação	3
Recurso em Sentido Estrito	2
TRF-2	2
Apelação	1
Mandado de Segurança	1
TRF-3	1
Apelação	1
TRF-4	3
Apelação	2
Mandado de Segurança	1
TRF-5	2

Apelação	2
41	3
STJ	1
EDcl no RECURSO ESPECIAL	1
TJPA	1
Mandado de Segurança	1
TRF-4	1
Apelação	1
44	1
TRF-2	1
Apelação	1
45	2
STJ	1
RECURSO ESPECIAL	1
TJMS	1
Recurso em Sentido Estrito	1
46	127
STJ	1
RECURSO ESPECIAL	1
TJPA	39
Agravo de Execução Penal	1
Apelação	29
Autos de Ação Penal	2
Embargos de Declaração	1
Mandado de Segurança	1
Recurso em Sentido Estrito	4
Recurso Inominado	1
TJPR	5
Apelação	4
Habeas Corpus	1
TJRO	31
Apelação	30
Embargos Infringentes	1
TJSC	1
Apelação	1
TRF-1	47
Apelação	44
Embargos Infringentes	1
Recurso em Sentido Estrito	2
TRF-4	3
Apelação	2
Embargos de Declaração	1
48	9
TJSP	6
Apelação	3
Embargos de Declaração	1

Habeas Corpus	2
TRF-4	3
Apelação	1
Embargos de Declaração	1
Mandado de Segurança	1
50	2
TJSC	1
Apelação	1
TRF-4	1
Habeas Corpus	1
54	47
STF	1
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1
STJ	7
AgRg no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA	2
AgRg no RECURSO ESPECIAL	2
AgRg nos EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA	1
RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA	1
RECURSO ESPECIAL	1
TJAM	1
Apelação	1
TJMG	2
Apelação	2
TJMS	2
Embargos de Declaração	1
Habeas Corpus	1
TJMT	1
Habeas Corpus	1
TJPA	7
Apelação	1
Mandado de Segurança	5
Recurso em Sentido Estrito	1
TJPR	2
Habeas Corpus	1
Mandado de Segurança	1
TJSC	3
Apelação	3
TJSP	11
Apelação	7
Habeas Corpus	2
Recurso em Sentido Estrito	2
TRF-1	1
Mandado de Segurança	1
TRF-2	1
Apelação	1

TRF-4	7
Apelação	5
Mandado de Segurança	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TRF-5	1
Recurso em Sentido Estrito	1
55	100
STJ	1
AgRg nos EDcl nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL	1
TJES	2
Apelação	2
TJTO	1
Mandado de Segurança	1
TRF-1	4
Apelação	3
Recurso em Sentido Estrito	1
TRF-2	32
Apelação	30
Habeas Corpus	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TRF-3	2
Apelação	2
TRF-4	54
Apelação	50
Embargos de Declaração	1
Recurso em Sentido Estrito	3
TRF-5	4
Apelação	3
Habeas Corpus	1
56	30
STJ	2
RECURSO EM HABEAS CORPUS	1
RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA	1
TJDF	1
Apelação	1
TJES	10
Apelação	2
Mandado de Segurança	2
Recurso em Sentido Estrito	6
TJMG	1
Apelação	1
TJPR	2
Apelação	2
TJRJ	1
Apelação	1
TJRN	1

Habeas Corpus	1
TJRS	5
Apelação	5
TJSC	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TJSP	2
Apelação	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TRF-2	2
Embargos Infringentes	1
Habeas Corpus	1
TRF-3	1
Apelação	1
TRF-5	1
Apelação	1
58	1
TJSP	1
Apelação	1
60	25
STJ	1
Habeas Corpus	1
TJAM	1
Apelação	1
TJGO	2
Apelação	1
Habeas Corpus	1
TJMS	1
Habeas Corpus	1
TJPA	5
Apelação	4
Habeas Corpus	1
TJPR	4
Apelação	3
Recurso em Sentido Estrito	1
TJRO	2
Apelação	2
TJRS	6
Habeas Corpus	1
Mandado de Segurança	2
Recurso em Sentido Estrito	3
TJSP	1
Apelação	1
TJTO	1
Apelação	1
TRF-2	1

Mandado de Segurança	1
63	4
TJMG	1
Apelação	1
TRF-2	1
Apelação	1
TRF-4	2
Apelação	1
Recurso em Sentido Estrito	1
64	2
TRF-1	1
Apelação	1
TRF-4	1
Apelação	1
67	1
TRF-4	1
Apelação	1
68	9
TJBA	1
Embargos de Declaração	1
TJES	1
Apelação	1
TJGO	2
Habeas Corpus	1
Mandado de Segurança	1
TJMS	2
Apelação	1
Habeas Corpus	1
TJMT	1
Habeas Corpus	1
TJSP	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TRF-1	1
Apelação	1
69	9
TJMA	1
Apelação	1
TJPA	3
Apelação	1
Recurso em Sentido Estrito	2
TRF-1	3
Apelação	3
TRF-4	2
Apelação	2
15 da Lei nº	
7.802/89	3

TJES	3
Mandado de Segurança	1
Recurso em Sentido Estrito	2
29, §1º, III	1
TJRS	1
Recurso em Sentido Estrito	1
32, §2º	1
TJRJ	1
Apelação	1
32, §2º e 54, §2º, II, III, IV, V e § 3º	1
TJPA	1
Mandado de Segurança	1
38 e 38-A	1
TJES	1
Mandado de Segurança	1
38 e 39	1
TJSP	1
Mandado de Segurança	1
38 e 39	2
TJPA	2
Recurso em Sentido Estrito	2
38 e 48	3
TJMG	1
Apelação	1
TJPR	1
Apelação	1
TRF-4	1
Apelação	1
38 e 54	1
TJMG	1
Apelação	1
38 e 54, § 2º, V	1
TJGO	1
Habeas Corpus	1
38 e 55	3
TJMG	1
Apelação	1
TRF-4	2
Apelação	2
38 e 60	2
TJBA	1
Apelação	1
TJSC	1
Apelação	1
38, 38-A e 55	1

TRF-4	1
Apelação	1
38, 39 e 40	1
TJAC	1
Apelação	1
38, 39 e 48	1
TRF-3	1
Habeas Corpus	1
38, 39 e 54	1
TJES	1
Apelação	1
38, 40 e 60	1
TRF-3	1
Apelação	1
38, 44 e 55	1
TRF-4	1
Apelação	1
38, 48 e 55	1
TRF-3	1
Apelação	1
38, 48, 60 e 63	1
TRF-2	1
Apelação	1
38, 50, parágrafo único, I e II e 51	1
TJMG	1
Apelação	1
38, 54, § 2º, V e 68	1
TJAM	1
Apelação	1
38, 54, § 2º, V, 55, 56 e 60	1
TRF-4	1
Apelação	1
38, 60 e 64	1
TJGO	1
Apelação	1
38, 60, 67 e 69-A	1
TRF-4	1
Recurso em Sentido Estrito	1
38-A	4
STJ	1
AgRg no RECURSO ESPECIAL	1
TJSC	3
Apelação	1
Recurso em Sentido Estrito	2
38-A e 53, I	1
TJES	1

Apelação	1
38-A e 55	2
TRF-1	1
Apelação	1
TRF-5	1
Mandado de Segurança	1
38-A, 46 e 53, II, c	1
TJSC	1
Recurso em Sentido Estrito	1
39 e 41	1
TJSC	1
Apelação	1
39 e 60	1
TJRS	1
Apelação	1
39, 46, 51 e 60	1
STJ	1
RECURSO ESPECIAL	1
39, 55 e 63	1
TRF-4	1
Apelação	1
40 e 41	1
TJSP	1
Embargos de Declaração	1
40 e 48	5
STJ	1
RECURSO EM HABEAS CORPUS	1
TJDF	1
Mandado de Segurança	1
TJSP	2
Habeas Corpus	1
Mandado de Segurança	1
TRF-4	1
Apelação	1
40 e 55	1
TRF-3	1
Apelação	1
40 e 64	1
TRF-4	1
Recurso em Sentido Estrito	1
40 e 69-A	1
TRF-4	1
Apelação	1
40, § 1º, 40-A, § 1º e 60	1
TJRS	1

Apelação	1
40, 40-A, § 1º e 48	1
TJDF	1
Habeas Corpus	1
40, 48 e 64	1
TRF-4	1
Apelação	1
40, 48 e 69	2
STJ	1
Habeas Corpus	1
TRF-4	1
Apelação	1
40, 48, 63 e 64	1
TRF-2	1
Mandado de Segurança	1
46 e 50	1
TJSC	1
Apelação	1
46 e 60	1
TJRO	1
Apelação	1
46 e 69	3
TJMG	1
Apelação	1
TJMT	1
Apelação	1
TJPA	1
Apelação	1
46 e 69-A	1
TJPA	1
Apelação	1
46, 48, 56 e 60	1
TRF-4	1
Apelação	1
46, 54, § 2º, V e 60	1
TJSC	1
Apelação	1
48 e 53, III	1
TJSP	1
Apelação	1
48 e 55	2
TRF-3	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TRF-4	1
Apelação	1
48 e 60	1

TRF-2	1
Apelação	1
48 e 63	2
TRF-2	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TRF-4	1
Mandado de Segurança	1
48 e 64	2
STJ	1
RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA	1
TJGO	1
Apelação	1
48, 54, § 2º, II, e 56	1
TJSP	1
Mandado de Segurança	1
48, 63, 66 e 67	1
TRF-4	1
Apelação	1
50 e 60	2
TJMG	1
Apelação	1
TRF-4	1
Habeas Corpus	1
50, 63 e 64	1
TRF-4	1
Apelação	1
50-A	4
TJAP	1
Apelação	1
TRF-1	2
Apelação	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TRF-4	1
Apelação	1
52, §2º, V	1
TJAM	1
Recurso em Sentido Estrito	1
54 e 55	2
TRF-3	1
Apelação	1
TRF-4	1
Apelação	1
54 e 56	1
TJSP	1
Apelação	1

54 e 56, §1º	1
TRF-1	1
Apelação	1
54 e 60	4
TJES	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TJMG	1
Habeas Corpus	1
TJMS	1
Apelação	1
TJRS	1
Apelação	1
54 e 62	1
TJSP	1
Apelação	1
54 e 68	1
TJMS	1
Apelação	1
54, § 1º	2
TJPA	1
Habeas Corpus	1
TJSP	1
Apelação	1
54, § 2º	2
TJRS	1
Mandado de Segurança	1
TRF-4	1
Embargos Infringentes	1
54, § 2º e § 3º, II e V	1
TJMG	1
Mandado de Segurança	1
54, § 2º, I	1
TJMG	1
Apelação	1
54, § 2º, I e V	1
TJSP	1
Apelação	1
54, § 2º, I, III, IV e V	1
TJPA	1
Recurso em Sentido Estrito	1
54, § 2º, II	5
TJMG	1
Apelação	1
TJPA	3
Habeas Corpus	1
Mandado de Segurança	2

TJSP	1
Mandado de Segurança	1
54, § 2º, II e V	1
TJGO	1
Apelação	1
54, § 2º, III	1
TJPA	1
Recurso em Sentido Estrito	1
54, § 2º, III e V	1
TJMA	1
Apelação	1
54, § 2º, III e V e § 3º	1
TJPA	1
Recurso em Sentido Estrito	1
54, § 2º, V	38
STF	1
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1
STJ	2
AgRg no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA	1
RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA	1
TJAM	2
Apelação	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TJMG	1
Apelação	1
TJMS	1
Apelação	1
TJMT	3
Habeas Corpus	1
Recurso em Sentido Estrito	2
TJPA	4
Apelação	1
Habeas Corpus	1
Mandado de Segurança	2
TJPI	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TJPR	6
Apelação	3
Habeas Corpus	2
Mandado de Segurança	1
TJRJ	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TJRN	1
Apelação	1
TJRS	1

Mandado de Segurança	1
TJSP	10
Apelação	5
Mandado de Segurança	4
Recurso em Sentido Estrito	1
TJTO	2
Apelação	1
Habeas Corpus	1
TRF-4	2
Apelação	1
Recurso em Sentido Estrito	1
54, § 2º, V	1
TJPA	1
Apelação	1
54, § 2º, V e 50	1
TJSP	1
Apelação	1
54, § 2º, V e 56	5
STJ	1
AgRg no RECURSO ESPECIAL	1
TJSP	4
Apelação	2
Mandado de Segurança	1
Recurso em Sentido Estrito	1
54, § 2º, V e 60	5
STJ	1
RECURSO EM HABEAS CORPUS	1
TJRJ	3
Apelação	1
Recurso em Sentido Estrito	2
TJRS	1
Habeas Corpus	1
54, § 2º, V, e § 3º	1
TRF-4	1
Recurso em Sentido Estrito	1
54, § 3º	6
STJ	1
RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA	1
TJAC	1
Apelação	1
TJES	1
Apelação	1
TJRS	1
Apelação	1
TRF-3	2
Apelação	1

Habeas Corpus	1
54, §1º	3
TJMT	1
Apelação	1
TJRO	1
Apelação	1
TRF-2	1
Recurso em Sentido Estrito	1
54, §1º e 2º	1
TJPA	1
Habeas Corpus	1
54, §2º, V e 56	1
TJES	1
Apelação	1
54, §2º, V e 60	1
TJMG	1
Habeas Corpus	1
54, §2º	1
TJRS	1
Apelação	1
54, §2º, I	1
TJRS	1
Habeas Corpus	1
54, §2º, I, II e V	1
TJAC	1
Apelação	1
54, §2º, II	2
TJMG	1
Apelação	1
TJMS	1
Embargos de Declaração	1
54, §2º, IV	2
TJES	1
Apelação	1
TRF-4	1
Habeas Corpus	1
54, §2º, IV e V	1
TRF-3	1
Mandado de Segurança	1
54, §2º, V	16
TJAC	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TJAM	1
Apelação	1
TJMG	3

Apelação	2
Habeas Corpus	1
TJPA	2
Mandado de Segurança	2
TJRR	1
Apelação	1
TJRS	3
Apelação	1
Mandado de Segurança	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TJSC	3
Apelação	3
TRF-2	1
Apelação	1
TRF-4	1
Apelação	1
54, §2º, V e §3º	1
TJSP	1
Apelação	1
54, §2º, V e 60	2
TJAM	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TJMS	1
Habeas Corpus	1
54, 60 e 68	3
TJAM	2
Apelação	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TJAP	1
Apelação	1
54, 67 e 68	1
TJRN	1
Apelação	1
54, 68 e 69-A	1
TJMS	1
Habeas Corpus	1
54, V, §2º e 60	1
TJAM	1
Habeas Corpus	1
55 e 60	1
TRF-4	1
Apelação	1
55 e 62	1
TRF-4	1
Apelação	1
55 e 69	1

TRF-5	1
Apelação	1
56 e 60	2
TJRJ	1
Mandado de Segurança	1
TJSP	1
Apelação	1
56, § 1º, I	1
TJRO	1
Apelação	1
56, §1º	1
TJRS	1
Apelação	1
56, §1º, II, e 60	1
TJRS	1
Habeas Corpus	1
60 e 68	4
TJAM	1
Apelação	1
TJES	1
Apelação	1
TJMS	2
Apelação	2
62, I	2
TJSP	1
Apelação	1
TRF-2	1
Habeas Corpus	1
62, I e 63	1
TRF-2	1
Apelação	1
63 e 64	1
TRF-4	1
Recurso em Sentido Estrito	1
63 e 67	1
TRF-4	1
Apelação	1
68 e 69	2
TRF-1	1
Apelação	1
TRF-4	1
Apelação	1
68-A	2
TRF-1	2
Recurso em Sentido Estrito	2

69-A	3
TRF-1	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TRF-4	2
Apelação	2
69-A, § 1º	1
TJPA	1
Habeas Corpus	1
Desconhecido	20
STJ	2
AgRg no RECURSO ESPECIAL	1
AgRg nos EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA	1
TJES	1
Apelação	1
TJMS	2
Habeas Corpus	2
TJPA	6
Apelação	2
Habeas Corpus	2
Recurso Inominado	2
TJRS	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TJSC	1
Recurso em Sentido Estrito	1
TJSP	6
Apelação	1
Embargos de Declaração	1
Habeas Corpus	1
Recurso em Sentido Estrito	3
TRF-2	1
Recurso em Sentido Estrito	1
ND	4
TJAL	1
ND	1
TJPB	1
ND	1
TJPE	1
ND	1
TJSE	1
ND	1
Total Geral	701